

FICHA TÉCNICA

**A MAGNA CARTA
DA HISTÓRIA DO
VINHO DO PORTO**
– a escritura de Cister (1142)

Autor

Altino Moreira Cardoso
Amadora-Sintra Editora

Endereço

Apartado 108 - 2726 M. Martins
Av. Vitorino Nemésio, 1-1º Dt
2725-471 MEM MARTINS
Tel. 219208188 - 919487766
e-mail: amadora-sintra@sapo.pt

Paginação electrónica

© Altino Moreira Cardoso

Capa

M. Rafaela Cardoso
(Eng. Civil-IST – Doc. do IST)

Impressão

Rolo & Filhos II, S.A.

Tiragem

250 exemplares

Depósito Legal

349436/12

ISBN:

978-989-98044-0-1

Altino Moreira Cardoso

A MAGNA CARTA

DA HISTÓRIA DO VINHO DO PORTO a Escritura de Cister (1142)



Setembro de 2012



O título MAGNA CARTA

O presente estudo de investigação em História do Vinho do Porto baseia-se num de vários projectos de história do Douro, que conservo entre papéis e irei publicar em oportunidade conveniente. ^[1]

Há muitos aspectos fundamentais ainda inéditos, que nestes tempos de crise económica e também cultural, é urgente estudar e divulgar, mesmo provocando certas surpresas e atraindo eventuais polémicas.

O trânsito pelas bibliotecas e, agora, o ‘milagre’ da *net*, permitem verificar uma inédita e inaceitável deficiência na investigação da história das origens medievais da Vinha e do Vinho do Douro.

Não está ainda estabelecido o fluxo da história vitivinícola duriense entre a época romana e o tempo do Marquês de Pombal – uns doze séculos!

Como se entre o séc V e o séc XVII tivesse caído uma grossa cortina de escuridão e ignorância, alimentada pela moleza graxista do emproado ‘magister dixit’ que tem eivado o ensino e investigação da História Medieval – fenómeno a que J. Hermano Saraiva chama “política de capoeira“, quando fala do ostracismo a que foi votado “o maior medievalista do século passado“ (A. Almeida Fernandes).

Foi precisamente A. Almeida Fernandes que descobriu e publicou as escrituras dos TARAUCAE MONUMENTA HISTORICA, em que se encontram notariadas as primeiras Quintas do Douro, plantadas por Cister, já no tempo de D. Afonso Henriques.

Se os documentos apresentados por este Historiador de Britiande, já em 1991, não tivessem caído no ‘saco roto’ do “magister dixit“ medievalizante, não teria sido preciso esperar tanto tempo para demarcar as etapas históricas da cultura da vinha e do vinho no Douro medieval.

Pior ainda, além das escrituras de S. João de Tarouca, os historiadores do vinho do Porto mostram ignorar também os tratados medievais (sete, até D. Fernando), por ex. os de D. Dinis com a França e a Inglaterra (1290, 1293 e 1304), além das lutas portuárias de seu pai, D. Afonso III, com o bispo do Porto, que recorreu, sem sucesso, ao próprio Papa para não ser constituído, já em 1255, o Concelho Municipal de Gaia – o que lhe retirou fartos rendimentos.

Este trabalho demonstra que a escritura da primeira quinta de Cister, de 1142, é um marco fundamental da História do Vinho do Porto.

É absolutamente justo que assumo o título de MAGNA CARTA DA HISTÓRIA DO VINHO DO PORTO, pois é a primeira iniciativa para situar as escrituras de Cister na História do Vinho e da Vinha do Douro, descrevendo e enquadrando a motivação, características e finalidades deste Projecto, enraizado em terras do Aio duriense e integrado na Cruzada ibérica de ajuda a D. Afonso VI, o Conde D. Henrique e D. Afonso Henriques.

[1] O próximo trabalho incidirá sobre a permanência das características – de conteúdo e forma – das cantigas populares de amigo do galego-português em muitas canções tradicionais do Alto Douro, que os galegos ajudaram a saíbrar, a granjear e a vindimar.

Esse estudo desenvolve e actualiza as notas histórico-literárias já presentes no meu GRANDE CANCIONEIRO DO ALTO DOURO, Vols. I e III (2006).

A escritura de 1142, de compra da “herdade dos Varais“, integra-se no projecto vitivinícola cisterciense de Cambres, que metodicamente aí acrescenta outras quintas pioneiras, sempre concentradas no eixo do rio Douro: com a foz do Varosa, do Temilobos, do Tedo....

O contexto agrícola dos conventos de Cister de Tarouca e do Varosa garantia uma farta e mimosa subsistência alimentar, mas não permitia o cultivo da vinha, pelo menos com a qualidade licorosa de “vinho de missa“ (16º álc.), em compatibilidade com a sacralidade litúrgica dos cálices de ouro e prata.

A necessidade inicial de prover de ‘vinho de missa’ as múltiplas necessidades diárias da celebração da eucaristia transformou-se fatalmente no desenvolvimento, aperfeiçoamento e expansão comercial^[2] desse “vinho cheirante de Lamego“, depois ‘baptizado’ (com mais aguardente vínica) como “vinho do Porto“ (19º álc.), no acto da exportação.

Por isso é tão marcante esta escritura de 1142.

É a MAGNA CARTA.

Que rasga, definitivamente, a citada ‘cortina histórica’ entre o séc. V romano da “fonte do milho“ de Canelas^[3] e o séc XVII-XVIII do Marquês.

[2] Os regulamentos originais de Cister proibiam a venda de produtos monacais: mas as necessidades económicas da guerra da cruzada e a insistência da procura tornaram irresistível a tentação comercial e a regra foi aligeirada.

[3] Os bobos de D. Sancho I – filho de D. Afonso Henriques, também criado pela viúva de Egas Moniz nos Paços de Vila Nova (Britiande) – foram agraciados com terras em Canelas. Bonamis e Acompaniado são considerados precursores de Gil Vicente (Teatro).



Prefácio do Autor

Verificam-se ainda actualmente alguns estranhos mistérios e confusões acerca da origem da epopeia vitivinícola do Alto Douro (40.000 ha^[1]), que veio a merecer da UNESCO^[2] a classificação de Património Mundial da Humanidade.

Mas o conceito de “Paisagem Cultural Evolutiva e Viva”, também idealizado no honroso Diploma, ainda não pôde ser assumido em toda a sua plenitude, dados os vários défices presentes na história do Vinho do Douro, relacionados, precisamente com a sua origem, motivações e comercialização.

Estas obscuridades são muito reductoras, gerando, na prática, evitáveis distorções nos processos de *marketing* que os produtores da Região actualmente desenvolvem, tentando, de chapéu na mão, atrair e cativar visitantes.

O actual Douro oferece ao poder de compra do turista unicamente a Paisagem, um *fast-food* embarcado e um ou dois cálices de ‘porto’ de marca de comerciante intermediário, em armazéns saudosos de tempos em que guardavam tesouros magníficos de vinho, fino e perfumado, do lavrador...

Com um ponto de interrogação cravado na memória, o visitante acaba por ser despedido num recanto atípico, sem ficar a conhecer a Nobreza que a História quis eternizar naquela Obra colossal de “montes pintados”^[3] pelos filhos de Prometeu – o que ousou roubar o Fogo aos próprios deuses.

O Douro não pode ser considerado só paisagem e álcool. Tem de ser muito mais! É muito mais!

Paisagens grandiosas, armazéns, vinhas e vinhos, pontes, barragens e rios, etc.... há-os por todo o turismo global – incluindo a falta de respeito das contrafações fraudulentas do nobre produto vinícola altduriense.

É urgente que o visitante aprenda que o Douro foi formado juntamente com a Pátria, no século XII, em terras de Egas Moniz, que aí criou Afonso Henriques, sob a protecção militar do Castelo de Lamego e a cruzada empresarial dos Monges de Cister de S. Bernardo de Borgonha.

Se o Douro quer assumir a plenitude do estatuto de Património Mundial, como “Paisagem Cultural Evolutiva e Viva” tem de evidenciar as nervuras vibrantes sob a sua belíssima roupagem telúrica e, para isso, estudar e mostrar os tesouros que a História – portuguesa e europeia – aí depositou, ao longo destes 900 anos de Pátria.

A História do Douro e do seu vinho fino começa precisamente com D. Afonso Henriques.

O primeiro Rei foi criado por Egas Moniz na área do Castelo de Lamego (Britiande-Resende-Cinfiães-Armamar-Tabuaço...). É um homem do Douro, que ao poder de Lamego e da estirpe do seu mentor (ou até Pai) deve a herança e a criação da nossa primeira dinastia, de Borgonha.

O histórico Distrito Administrativo de Lamego (continuador do poder medieval do seu Castelo)

[1] Alcobaça, também de raiz cisterciense, ocupa uma área triangular de 44.000 ha.

[2] Diploma atribuído em 14-12-2001.

[3] Expressão eterna do saudoso escritor J. Araújo Correia

integrava toda a zona a sul do Douro, do rio Paiva ao Torto e à Pesqueira e para sul, por Lafões, até ao Mondego. A região militar de Lamego abarca ainda hoje todo o Ribadouro e o sul, quase até Viseu.

Depois da morte de D. Henrique de Borgonha, tendo o filho três anos de idade, o Castelo de Guimarães estava eivado de várias facções e interesses partidários, desde os da jovem (32 anos) viúva, aos dos dois irmãos Travas, seus amantes e validos, chocando-se os seus interesses galegos unionistas com os intentos separatistas dos grandes senhores de Entre-Douro-e-Minho, desrespeitados com o protagonismo perdido a favor de estranhos.

O conde D. Henrique, bem aconselhado (talvez por Cluny, em 1111, um ano antes de morrer), entregou o seu filho e o seu Projecto político-militar de Cruzado a um homem do Douro, o melhor Homem portugalense, que era para a criança a melhor garantia de protecção e honestidade.

A criação e formação cívica e militar dada pelo ‘meono’ de Britiande aos seus filhos (em que se inclui o futuro 1º Rei) e vassallos, são efectuados em caçadas e cavalgadas por todas as serras vizinhas do castelo de Lamego – como ainda nestes tempos acontece com os *Rangers* e a tropa de elite a eles ligada.

Estas circunstâncias político-militares articulam-se com a acção religiosa, assistencial e empresarial dos Monges de Cister, instalados também junto a Lamego.

A presença de Cister de S. Bernardo está integrada na vinda do Conde D. Henrique e D. Raimundo para a Cruzada guerreira para a expulsão dos ocupantes mouros e consolidação missionária da fé cristã. São todos provenientes da Borgonha (França) e até parentes. A infraestrutura económica dos frades lavradores integra e complementa a organização militar, dentro do mesmo Projecto europeu.

Cister concentrou nada menos de quatro conventos nas vastas terras de Egas Moniz ou próximas e aí os frades lavradores, do “ora et labora” encontraram os campos mimosos das cercanias do Varosa e, imediatamente, os terrenos de Cambres, junto ao Douro, para o “vinho de missa”, ou “vinho cheirante de Lamego” – que, logo em 1142, inaugura o formidável império vitivinícola duriense.

A primeira compra (dos Varais) situa-se logo depois de Ourique (1139), logo antes de Zamora (1143) e no contexto das Cortes de Lamego, que constituíram o Reino e o Rei na clandestinidade.

Enquanto se mostra aos visitantes o “doce mar de mosto” de M. Torga, partilhe-se com eles os locais históricos da criação da Pátria, a primeira constituída na Europa, integrada no projecto europeu da Cruzada ibérica, traçado pelo Papa e dinamizado pelas espadas da flor-de-lis da Casa de Borgonha e pelas Ordens monásticas: religiosas (Cluny, Cister...) e militares (Templários, Santiago...).

Explique-se-lhes quem foi criado na Quintã de Egas Moniz (Paço de Vila Nova) em Britiande, o simbolismo da ponte fortificada da Ucanha, o pioneirismo cisterciense de S. João, de Salzedas, de S. Pedro das Águias, de Santa Maria de Aguiar... e as razões estratégicas de tal concentração no Ribadouro de Egas Moniz e Afonso Henriques.

Mostrando-lhes a bandeira espanhola ou, até, a cinta colada no gargalo de uma garrafa de espumante da Murganheira, faça-se-lhes a história da flor-de-lis em várias dinastias europeias, essa mesma que eterniza de azul e ouro as abóbadas da *Sainte Chapelle* de S. Luís de França e marca de nobreza o brasão de Paris.^[4]

[4] Além da nobre flor-de-lis, o brasão parisiense inclui um barco com vela semelhante à dos rabelos e uma legenda, bem desejável para o Douro de hoje: “*flutua e não se afunda*”.

A MAGNA CARTA DA HISTÓRIA DO VINHO DO PORTO – a escritura de Cister (1142)



Gostarão de ver, ainda, os milagrosos sabugueiros medicinais (de que deriva a Aspirina), os suculentos pomares, a engenharia das construções e dos aquedutos – que não deve nada à do Aqueduto das Águas Livres de D. João V, acabado em 1748, tantos séculos depois (e à custa de carradas de ouro)...

Estarão agora receptivos a imaginar os saibramentos dos imigrantes galegos medievais, a ferro e pá, de que derivam os rendilhados das quintas pioneiras, compradas pelos frades de Cister, plantadas com as gloriosas castas da Borgonha e tratadas *ab imo* segundo as mais perfeitas práticas de granjeio, na Europa e no Mundo.

A primeira quinta, comprada por Cister, em 1142, a “Múnia Esteves e seus filhos e filhas”, é a “Herdade dos Varais” – cuja contextualização é objecto deste estudo.^[5]

Torna-se visível a metódica implantação de quintas na encosta de Cambres, ainda em vida de D. Afonso Henriques (1109-1185):

Varais (1142) - Mosteirão (1149 e 1175) - Monsul (1170 e 1187) - e, bem perto do “portus Bacalusti”, Valle Bom (1185).

Ganhará muito mais dignidade o Projecto enorme, concentrado no período crítico da fundação e consolidação da Nacionalidade, já em meados do século XII, algumas ainda antes da nacionalidade plena, concedida a D. Afonso Henriques, em 1179 pela Bula “Manifestis Probatum”^[6].

E então, sim! o ‘Património e a Paisagem evolutiva e viva’ poderá verter nos corações solidários de todos os visitantes a alegria ^[7] sóbria de nobreza antiga, medieval e doce, deixando no gosto e no espírito a respeitosa e venerável recordação do ancestral vinho licoroso ‘de missa’, depois ‘cheirante de Lamego’, e agora ‘vinho do Porto’, que D. Afonso Henriques já saboreava.

O Vinho é a Paisagem, o Trabalho, a Alegria e o Espírito do Douro: a sua Alma e não apenas o seu Corpo.

Na Memória funda da Paisagem, há 900 anos gravada no sagrado pergaminho de xisto do Douro de Egas Moniz, os visitantes partilharão connosco a essência do nosso Ser colectivo, que Cister de Borgonha sacralizou para D. Afonso Henriques, no berço da nossa primeira Dinastia, Borgonhesa, como Património de toda a Humanidade.

Sintra, 10 de Junho de 2012

Altino Moreira Cardoso

[5] Além desta escritura medieval (1142), existe documentação mais recente sobre a “herdade dos Varais”:

- até ao ano de 1773 foi prazo do Convento de Salzedas ao qual pagava anualmente um fóro em vinho;
 - no séc. XVI foi construída a primeira casa (sobre as antigas ruínas) pela família Coutinho, senhores de Lamego e Penedono;
 - em 1808 foi invadida pelas tropas napoleónicas;
 - em 1940 foi completamente destruída pelo fogo.
- Actualmente constitui um espaço privilegiado de turismo rural vitivinícola.

[6] A data da escritura (1142) situa-se logo depois da Batalha de Ourique e das Cortes clandestinas de Lamego – mas ainda antes do Tratado de Zamora (1143), em que D. Afonso Henriques é reconhecido como um dos reis da Hispânia, continuando o dever de vassalagem ao «imperator totius Hispaniae», que é o seu primo D. Afonso VII.

[7] *Vinum laetificat cor hominum* (=o vinho alegra o coração dos homens) é um axioma bíblico.



A MAGNA CARTA DA HISTÓRIA DO VINHO DO PORTO, que lemos com extraordinário prazer, formula um brinde às terras durienses.

Habilmente permite-nos viajar até aos primórdios da nacionalidade onde, com deleite, passamos a conhecer um pouco mais a época de D. Afonso Henriques e Egas Moniz e a descobrir uma outra história dos monges cistercienses, seus hábitos e modos de vida.

Estamos perante uma notável descrição do projecto e saberes dos monges cistercienses, que, na Idade Média, trouxeram conhecimento e experiência em diversas áreas (no campo cultural, social, técnico, económico, etc.), numa mais-valia para as terras do Douro.

Esta obra é uma ampla janela que se abre aos nossos olhos, outrora apenas entreaberta, expondo a paisagem vitivinícola de então e oferecendo-nos uma nova perspetiva da história deste vinho mundialmente conhecido e nobre embaixador de Portugal, que o coloca num novo patamar de existência.

Centrada na temática da vitivinicultura de então, leva-nos a reflectir sobre o verdadeiro “início” dos vinhos do Douro.

Página a página é-nos permitido percorrer um longo caminho e desvendar o que de mais belo a História do Douro tem para nos oferecer.

Altino Moreira Cardoso, distinto escritor e profundo conhecedor da História do Douro, é um Ilustre conversador de um humanismo contagiante, que coloca na sua narrativa uma magia que nos transporta, no desejo constante de descobrir o final da história.

A MAGNA CARTA DA HISTÓRIA DO VINHO DO PORTO alia o dom e a arte de tão bem contar a História, à Qualidade do Vinho e à Nobreza do Homem.

Eng. Eduardo Micaelo Abade^[1]

[1] Técnico Superior – Núcleo de Vitivinicultura do Douro
Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte



Introdução O CONTEXTO HISTÓRICO

Actualmente, várias descobertas documentais (com relevo absoluto para as de A. Almeida Fernandes), já permitem definir com precisão as principais linhas estruturais da História do Douro e do início da nacionalidade, no séc. XII – nomeadamente as circunstâncias coordenadas à criação de D. Afonso Henriques por Egas Moniz e a fortíssima implantação dos frades de Cister de Borgonha (conterrâneos a parentes do Conde D. Henrique e de S. Bernardo de



Local da “Herdade dos Varais” situada em Cambres (Lamego), junto à foz do Varosa
– compra pelos Frades de Cister (SJT) a “Múnia Esteves e seus filhos e filhas”, escriturada em 1142



promiscuidade galega de Guimarães tolhia os passos e os ideais do Partido do Infante, que, embora conservasse ao norte algumas escaramuças, elegeu Coimbra (militarmente ainda muito insegura) como sua capital, logo em 1131.

De Coimbra vai irradiar o sonho da expansão, irreversível: o coração do novo reino tinha começado a pulsar já no Ribadouro.

Quanto a D. Afonso VII, a lição resultante da sua ingénua leitura das intenções do primo, no cerco de 1127, explica a necessidade de terceiros (Guido de Vico) para pressionar a assinatura de Zamora (1143). No entanto, a Távola Redonda lamecense ainda 'tinha na manga', perante o Papa (*Potestas Urbi et Orbi*), as matreiras manobras diplomáticas (de D. João Peculiar e S. Bernardo), que, culminando em 1179, irão impor a toda a Ibéria – a cristã e também a ainda muçulmana – a espantosa Bula *Manifestis Probatum*, que cria um novo Reino, Portugal, precisamente o primeiro da Europa!^[4]



Papa Alexandre III

AFONSO HENRIQUES E CISTER

O primeiro Rei tinha forte carácter e os sólidos apoios da sua 'Távola Redonda' moldaram-lhe as estratégias nos contextos de risco, moderando-lhe a ambição ferosa que já tinha demonstrado ao armar-se cavaleiro em Toledo. E, quando ousou e abusou, teve por si vários acasos felizes – porque estava bem aconselhado e preparado para os merecer, nomeadamente a nível europeu da sua Família borgonhesa, em especial de S. Bernardo e, ainda, tornando-se, em 1129, Irmão Templário.

S. Bernardo (1090-1153), com quem mantinha contactos estreitos e poderosos, era apenas 19 anos mais velho do que ele (1109-1185) e pôs à sua disposição a Ordem de Cister, com quatro conventos no Douro, para apoiar a missão da Cruzada ibérica.

[4] As cartas "Clavis Regni" (13-12-1143) e "Devotionem Tuam" (1-5-1144) vão preparando o caminho do novo Reino;



S. Bernardo de Claraval (Cister)



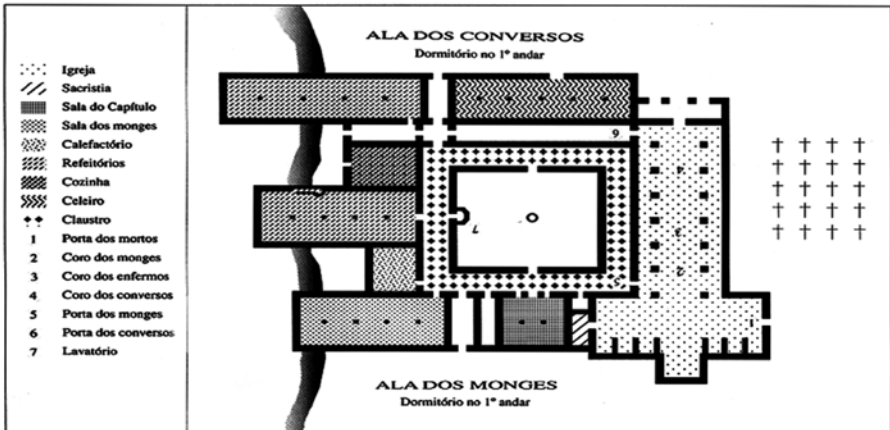
Logo de Cister

O sucesso, enorme, da articulação entre o religioso e o militar fez evoluir rapidamente o avanço cristão, que se concentrou na faixa atlântica, tornando segura a costa marítima, para apoio aos Cruzados em trânsito para a Terra Santa, e, concomitantemente, transformando a segurança em soberania.

A presença cisterciense desenvolve-se discretamente, mas com firme eficiência:

Em 1139, data da Batalha de Ourique^[5], a pedido de João Cirita (do ermitério de Sever do Vouga, Lafões), S. Bernardo enviou doze monges, chefiados por Frei Boemundo, portador de uma carta, para fundar o primeiro mosteiro do Ribadouro de Egas Moniz: S. João de Tarouca.

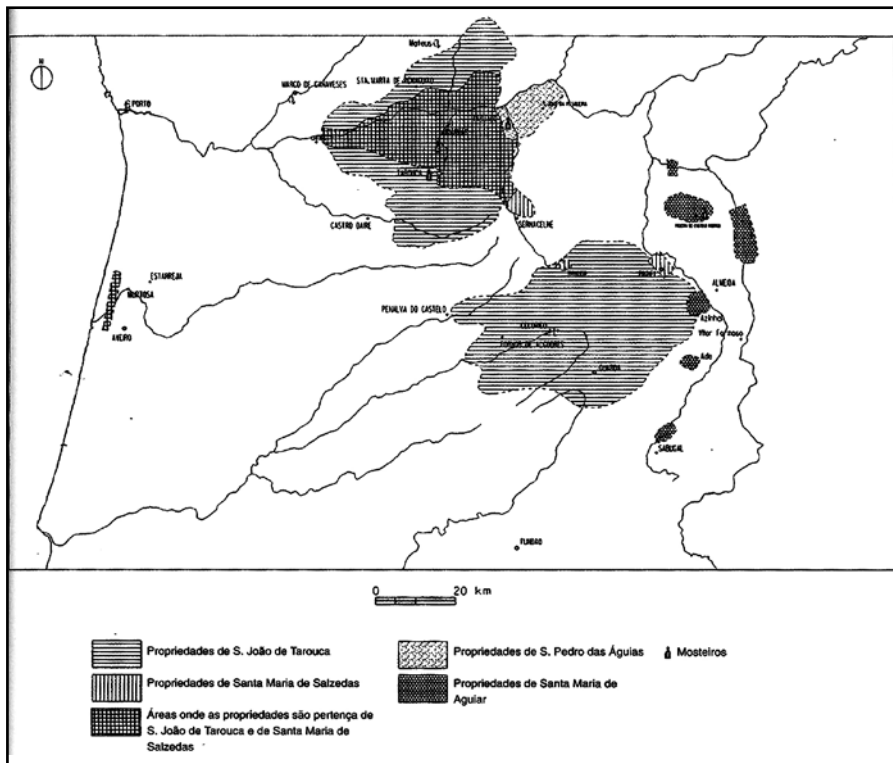
Por inspiração divina (uma visão, uma luz do alto, em 25 de Abril) o sítio do primeiro mosteiro



Planta do Mosteiro de S. João de Tarouca

[5] Diz-se que o próprio S. Bernardo se encontrou com o rei na serra dos Albardos (Candeeiros) entre Porto de Mós e Rio Maior, com Santarém a leste e Alcobaça a oeste. Alcobaça (1153) é um projecto pessoal de S. Bernardo e de D. Afonso Henriques.

A MAGNA CARTA DA HISTÓRIA DO VINHO DO PORTO – a escritura de Cister (1142)



PROPRIEDADES DE CISTER

No princípio (1142), era a herdade dos Varais – a primeira compra e plantação de Cister, no Douro.

Mas era urgente multiplicar as propriedades, para que o seu rendimento pudesse auxiliar no esforço da pressionante guerra da Cruzada, recentemente iniciada por D. Afonso Henriques em Leiria (1135).

Em 1294 (apenas 152 anos depois), D. Dinis assinou com Eduardo III de Inglaterra o primeiro acordo comercial (o segundo foi em 1308), em que o Vinho do Douro era moeda de troca com produtos industrializados.

Em todo o percurso do Rio Douro (do “portu de regua” até ao Porto) e por todo o Ribadouro (até à Guarda e a Figueira de Castelo Rodrigo, onde existia St Maria de Aguiar, o 4º mosteiro cisterciense) foram estabelecidos entrepostos de vendas (armazéns e tabernas).

Todos os conventos cistercienses incluíam agricultura de proximidade e vinhedos – desde a Borgonha original a todas as partes da Europa.

cisterciense do Ribadouro foi marcado na confluência do rio Varosa com dois ribeiros: o corgo da Fraga ou Pinheiro e o corgo das Avelheiras.

Segundo crónicas credíveis, D. Afonso Henriques, de regresso ao Vale do Varosa, depois de uma vitória sobre os mouros em Trancoso (1152) – e note-se a proximidade de S. João de Tarouca com Britiande – lançou a primeira pedra



Pesca da lampreia no Douro



Pisa medieval numa dorna
(depois: lagares)



Faianças de S. Bernardo, privativas de Cister

da igreja e aí:

a) Renovou e ampliou a ‘*Cartam et cautum*’ (carta e couto – diploma jurídico constitutivo de posse e privilégios;

b) Doou-lhes, ainda, setenta e quatro frisantes de oiro;

c) Egas Moniz doou-lhe setenta morabitanos ou maravedis^[6].

Já em 1140, depois de os primeiros monges aí se terem fixado, D. Afonso Henriques lhes tinha passado carta de couto. Em 1144, doou-lhes o couto de Santa Eulália referindo, agora expressamente, a obediência a Cister (‘*Ordinem Cisterciensium*’)^[7].

Os frades de Cister construíram e legaram uma Obra colossal^[8], que esmoreceu no Humanismo, mas conseguiu perdurar até ao Liberalismo (séc XIX)^[9]:

– no campo religioso e missionário, expandiram o Cristianismo por todo o Reino, à

[6] O morabitano é uma valiosa moeda de ouro, inicialmente cunhada pelos Almorávidas, que ocupavam a península. A herdade dos Varais (ver adiante) custou apenas 3 maravedis.

[7] M. Gonçalves Costa: HISTÓRIA DO BISPADO E CIDADE DE LAMEGO, vol II, cap XVII, 1977, adapt.)

[8] Historicamente, não faz sentido dividir os vinhedos da herança cisterciense em 3 zonas: de Cister, do Vinho do Porto e da Beira Interior. Ver: CISTER NO VALE DO DOURO (ed. GHEVID), ou, resumidamente: Altino M. Cardoso: GRANDE CANCIONEIRO D ALTO DOURO (vol. I e III)

[9] Para tentar apagar a origem cristã do primeiro país de projecto europeu (imitando a vergonhoso ataque da Revolução Francesa de 1789 à Obra cisterciense na Borgonha), a cega má-fé das forças autodenominadas ‘progressistas’ (primeiro do Liberalismo e depois da Maçonaria e do Republicanismo) destruiu abundante documentação histórica, essencial ao estudo dessa gesta heróica da Cruzada portuguesa. E ainda hoje nos enoja a nódoa ‘progressista’ republicana do boicote à via férrea entre a Régua e Lamego, em 1910. Mas se, dos conventos, nem mesmo todas as pedras puderam resistir, a Obra imensa de expansão espiritual, e assistencial, e cultural, e económica dos frades de Cister aí está, espalhada pelo Douro. Os vinhedos eternizaram esse milagre civilizacional, tendo como coração o Castelo de Lamego, do poderoso Aio e sua estirpe.



medida que a reconquista avançava;

– no campo social, uma disciplinada organização do trabalho, através de um povoamento distribuído pelos principais pontos estratégicos da captação dos recursos da terra, criando alguns dos mais importantes núcleos populacionais hoje florescentes;

– No campo técnico, industrial e económico, várias realizações, sobretudo no sector primário:

a) cultivo e produção (agricultura, viticultura, fruticultura, pastorícia, pesqueiras...);

Nas quintas estabeleceram uma organização empresarial, com gestão e responsabilidades devidamente hierarquizadas – e devem-se considerar precursoras das modernas grandes empresas vitivinícolas do Douro.

O ‘*Cellarius*’, mestre dos noviços é o ecónomo, administrador das finanças e relações económicas internas e externas. Agregados ao Celário existiam dois ou três sub-celários, de eleição mensal, um encarregado da administração e venda dos produtos agrícolas e o outro dos produtos pecuários. O terceiro sub-celário era eleito quando houvesse necessidades de construção, remodelação ou manutenção de edifícios.

O Mestre das Granjas (‘*magister grangiarii*’) superintendia nos trabalhos de cada propriedade fora de portas, onde residia. Estes mestres das granjas estavam submetidos a um chefe, residente no convento, que centralizava os assuntos.

Os conversos eram leigos que trabalhavam na comunidade, como auxiliares seculares; eram orientados pelo ‘*magister conversorum*’; não podiam tornar-se monges.

Se os campos eram cultivados pelos monges, a construção de equipamentos habitacionais e logísticos ou a especificidade da plantação das vinhas, no entanto, exigia uma mão-de-obra numerosa e rústica, montanhesa e forte, capaz de trabalhar de sol a sol a ferro e pá nos caboucos das edificações e nos saibramentos daquelas terras inóspitas de xisto intratável.



Carregação de um rabelo – já na Idade Média

Estes trabalhos suscitaram forte e proveitosa imigração das terras vizinhas e, mesmo, das montanhas longínquas, em que se devem destacar as gentes de todo o Montemuro e montanhas circundantes, desde as Meadas à Gralheira, Castro Daire e Alva, ou ainda, desde o Marão e o Alvão até Barroso^[10] e a Galiza.

Os galegos engrossaram substancialmente a quota de povoamento e composição social do novo país em gestação^[11].

Outras obras, todas notáveis:

[10] Entre o Barroso e a Galiza situa-se o mosteiro de Pitões das Júnias, de raiz beneditina, fundado ainda antes da nacionalidade, mas tornando-se cisterciense, no séc. XIII, agregado à abadia de Oseira, na Galiza.

[11] Deve-se associar aos galegos ainda outra particularidade, já não de carácter laboral ou económico mas cultural: os galegos europeizaram o Douro, pois trouxeram para para o Douro toda a riquíssima cultura europeia convergente em Santiago de Compostela.

O nosso primeiro património cultural imaterial – literário, poético, trovadoresco (as cantigas populares de amigo, amor e escárnio), chegou com as rogas galegas logo nos primórdios afonsinos em que as primeiras vinhas foram saibradas, granjeadas e vindimadas, com início é 1142, nos Varais.

Ainda hoje o magnífico cancionero do Alto Douro conserva vestígios das cantigas populares medievais: o ruralismo, as relações sociais com a família, a saudade do amigo/namorado nos fossados... e, formalmente, a adaptação à dança, com o *leixa-pren*, o refrão, o número par de estrofes...

– Ver: Altino M. Cardoso GRANDE CANCIONEIRO DO ALTO DOURO - vol I e III



b) edificação – com relevo para a hidráulica (uma das suas realizações mais admiráveis, ainda hoje), caminhos e pontes;

c) extracção de minérios (metalurgia, para ferramentas: enxadas, foices, tesouras, arados...);

d) transporte e comercialização (barcos rabelos, carros de bois, lojas nas cidades, salinas, albergarias...);

– No campo cultural, os monges eram ainda copistas, cultivavam as artes, música, pintura, literatura...

É neste sentido que Georges Duby afirma (cit. livre) que a sociedade medieval foi erigida no meio de convulsões de várias vertentes, que, por vezes, não conseguiram manter em harmonia a Fé e a Razão, a Matéria e o Espírito. Mas – reconhece – parece comumente aceite que, como a Ordem de Cister, “nenhuma outra instituição ou movimento sócio-económico conseguiu erigir um conjunto monumental, material e espiritual, tão coerente, tão amplo e tão expandido”^[12].

O espantoso sucesso da coerência cisterciense é sinónimo da nova Pátria e do novo Reino, o primeiro devidamente formalizado em toda a Europa (1179) pelo “*Dictatus Papae*”, inerente à Teocracia Papal, unificadora do bloco cristão perante a ameaça de Maomé.

No fim da sua vida, tendo verificado que estava erguido o Projecto – de Cister, S. Bernardo e de Egas Moniz – sonhado no Ribadouro, a gratidão do Rei expressa-se ainda no seu Testamento, que contempla S. João de Tarouca com 3.000 morabitanos, destinados à ponte do Douro:

Et dedi iam abbati et fratribus Sancti Iohannis de Tarauca III mille morabitanos quos mando dari ponti Dorij^[13].

Estabelecida a organização e a segurança, as pontes, o rio, as comunicações e a mobilidade eram essenciais à enorme dinâmica das transacções e ao comércio, já nesse tempo.

[12] Georges Duby: SÃO BERNARDO E A ARTE CISTERCIENSE, ed. Asa, Porto, 1997

[13] Ver: Altino M. Cardoso: D. AFONSO HENRIQUES-OS MISTÉRIOS E ALÓGICA (nota da p. 422 e todo o capítulo do Testamento)

Um pouco depois de erguida a obra cisterciense em Tarouca, D. Afonso Henriques fundou (1153) Alcobaça (também em diálogo com S. Bernardo), grande propriedade estendida por 44.000m², num território formado pelo triângulo de Leiria, Santarém e Lisboa. O Pinhal de Leiria foi criado depois, por D. Dinis, para proteger essa enorme e mimosa propriedade agrícola.

Alcobaça está para a consolidação deste triângulo recém-conquistado como o Ribadouro para o arranque e consolidação da Pátria Política Portuguesa – embora o Douro levemente tenha esquecido a Memória histórico-cultural para se perder pergaminhos na ganância comercial do Vinho.

Em complemento da extraordinária iniciativa ligada ao ‘*Ora et Labora*’ (agrícola, etc.) visível ainda hoje, Alcobaça pôde transformar-se, também, no maior centro artístico e cultural da Ordem e do País.

Todas as casas fundadas pelos monges associavam vinhedos à actividade agrícola. Em São João de Tarouca encontraram o recolhimento e os campos de subsistência alimentar, quer já enquadradas no terreno coutado, quer obtidas por doação: já em 1141 estão três doações escrituradas, embora nenhuma em zona adequada à plantação de vinha: mas ótimas para fruta e pastoreio (ex. cavalos).

Mas o Projecto Vitivinícola Cisterciense ultrapassava a subjectividade e a eventualidade das doações e exigia uma planificação, também orçamental, que começava logo na escolha de terrenos adequados à Vinha, a exemplo da comprovada experiência da Ordem nos terrenos borgonheses do Saône-Rhône.

O apelo da suave margem lamecense (Cambres) do Douro seduziu de tal modo os Frades que no espaço de 95 anos (menos de um século), toda a encosta de Cambres estava povoada pelas suas Quintas (granjas).^[14]

A primeira compra de Cister/S. João de Tarouca (1142) foi lavrada na escritura da “*herdade dos Varais*”, vendida por 3 maravedis, por Múnia Esteves e seus filhos e filhas.

Daqui se seguem numerosas aquisições e doações, que engrossaram os recursos, gerando enorme riqueza, substancialmente investida (como o Projecto

[14] Ver APÊNDICE no final deste estudo



de S. Bernardo previra) na consolidação do Reino^[15] e na Cruzada de D. Afonso Henriques, preparada em terras do Castelo de Lamego, sempre sob a supervisão da estirpe de Egas Moniz.

Depois virá, então, Alcobaça, que consolida a cruzada sistemática – que começa em 1135, com a primeira construção do Castelo de Leiria, baluarte da expansão para sul: primeiro tomar Santarém^[16] (a primeira tentativa foi a batalha de (Vila Chã de) Ourique, em 1139 e depois Lisboa (1147, com o auxílio dos Cruzados em passagem para a Terra Santa, na 2ª Cruzada, significativamente pregada em toda a Europa, também por S. Bernardo)^[17].



[15] que será formal e definitivamente constituído em 1179, pela bula 'Manifestis Probatum'

[16] O primeiro ataque-represália pela destruição do castelo de Leiria foi a batalha de (Vila Chã de) Ourique, junto a Santarém, em 1139 (quatro anos depois).

[17] S. Bernardo correspondia-se com D. Afonso Henriques e D. João Peculiar. Ver D. AFONSO HENRIQUES(...), p. 111 e ss.

A ESCRITURA DE COMPRA DA “HERDADE DOS VARAIS” e a estratégia vitivinícola de Cister

1142: *Múnia Esteves, com seus filhos e filhas, vende ao mosteiro de S. João de Tarouca a sua «herdade» em Varais, termo de Mosteirô (f. Cambres, c. Lamego), por três maravedis.*

Karta Munie Stephaniz de hereditate in termino de Monasterio

In Dei nomine. Ego Munia Stephaniz una cum filiis et filiabus meis facimus kartam venditionis vobis fratribus Sancti Johannis de Tarouca de hereditate nostra propria quos vocatur Varalles in ipso termino de Monasterio ruptum et irruptum per ubi ipsam hereditatem totam poteritis invenire ex utraque parte. Damus vobis et concedimus quantum ibi habemus et ad nos pertinet, pro pretio quod a vos accepimus scilicet .liij. morabitinos, tantum nobis et vobis bene complacuit. Habeatis igitur vos ipsam hereditatem firmiter in perpetuum. Et si aliquis homo venerit tam de propinquis quam de extraneis qui hoc factum nostrum irumpere temptet quantum requisierit tantum vobis duplet et insuper domino terre quingentos solidos. Facta karta in Era M^o C^o 2^{xx} Nos supradicti qui hanc kartam iussimus facere scilicet ego Munia Stephaniz una cum filiis et filiabus meis propriis manibus R + + + + oboravimus.

Pro testibus: Gonsalvus ts., Johannes ts., Pelagius ts.
Petrus diaconus notuit.

Transcrição latina da
escritura da “Herdade
dos Varais” (1142) – por
A. Almeida Fernandes

Em nome de Deus. Eu Múnia Esteves juntamente com os meus filhos e filhas fazemos escritura de venda a vós frades de S. João de Tarouca da nossa herdade que se chama Varais no termo de Mosteirô, divisa e indivisa por onde puderdes verificar de qualquer parte. Damos e concedemo-vos quanto aí tivermos e nos pertecce, pelo preço que de vós aceitámos, isto é três morabitinos, tanto quanto agradou a nós e a vós. Tereis a própria herdade firmada para sempre. E se algum homem vier, tanto de terras próximas como de estranhas, que tente quebrar este acto, que vos duplique quanto exigir e acrescente ainda ao dono da terra quinhentos soldos.

Lavrada a escritura na Era 1142^o.

Nós sobreditos que mandámos fazer esta escritura, ou seja, eu Múnia Esteves juntamente com os meus filhos e filhas com as minhas próprias mãos F + + + + irmámos. (atestámos)
Como testemunhas: Gonçalves (test.), João (test.), Pelágio (test.).

Pedro diácono notou (redigiu).

Tradução da
Escritura da
“Herdade dos Varais”
– por Altino M. Cardoso

Devem ser enquadrados no contexto desta Escritura alguns exemplos das mais antigas transacções (escrituras de doações e compras) relativas ao mosteiro de S. João de Tarouca – o primeiro implantado em Portugal^[18] e, depois, a Salzedas:

– 1141: Froia Cides doa 1/3 de todos os seus bens; – 1141: João Eres doa

[18] in: A. Almeida Fernandes - TARAUCAE MONUMENTA HISTORICA, C.M. Tarouca, 1991.
Ver, ainda, o Apêndice no fim deste estudo.

A MAGNA CARTA DA HISTÓRIA DO VINHO DO PORTO – a escritura de Cister (1142)



a herdade em Couto de S. João (Tarouca);
– 1141: Egas Froiaz doa a Carregosa, em Sever, Vila de Moimenta; – 1142: Gonçalo Soares e mulher dão uma moura (escrava) e Herdade, em Revolvela, Sande;

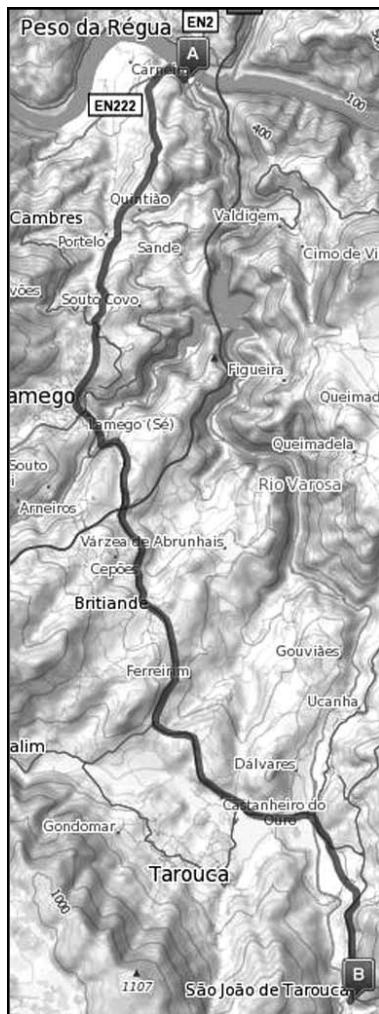
– **1142: Múnia Esteves vende a S.J.Tarouca, por 3 maravedis, a herdade dos Varais^[19] (Cambres);**

– 1143: Gonçalo Ansariz doa uma vinha em Alvelos (junto a Britiande);

– Em 1143, 1144, 1145 e 1148: várias outras doações em Alvelos...

Menos de um século depois dos Varais, havia quintas de Cister em toda a zona de Cambres e junto aos afluentes do Douro nas proximidades: Mosteirô (documentos de 1159 e 1175), Formiga (1206), Valongo (na confluência com o Tedo-Tabuaço, 1185), Tourais (1218 e 1230 – algumas parcelas depois agregadas com o nome de Qt^a da Pacheca), Monsul (Salzedas 1170, 1187 e outra em 1187), Sande (1237)... Em relação à Quinta dos Frades (no Temilobos-Armamar), apenas encontrei documentada a sua doação a Salzedas, datada de 1256.

De facto, entre a compra dos Varais por S. João de Tarouca (1142) e a doação de Sande a Salzedas (1237) tinham decorrido apenas 95 anos!...



Varais: S.J Tarouca: 24,7km
Cambres-Varais: 4,8km
Lamego: Varais: 8,6km
Lamego: S. J. Tarouca: 16km

[19] Além desta escritura, existe mais documentação sobre os Varais: até ao ano de 1773 foi prazo do Convento de Salzedas ao qual pagava anualmente um fóro em vinho; no séc. XVI foi construída a primeira casa (sobre as antigas ruínas) pela família Coutinho, senhores de Lamego e Penedono; em 1808 foi invadida pelas tropas napoleónicas; em 1940 foi completamente destruída pelo fogo.



A reentrância da margem do Douro (1º plano-E) é visível, apesar da vegetação

Esta primeira compra de Cister, pela sua intencionalidade, continuidade e amplitude, pode considerar-se a ‘Magna Carta’ da História do Douro e do Vinho do Porto, visto ocupar um lugar de charneira no Projecto inicial da Nacionalidade, integrando-se no espírito da Cruzada europeia de ajuda à recuperação do território cristão:

a) a rentabilidade das propriedades foi uma preocupação intrinsecamente associada à recuperação, religiosa e militar, do Cristianismo, no Douro.

b) Depois do “*jardin potager*” (com abundância de frutas e que podia incluir uma pequena vinha) e dos cómodos agrícolas (celeiros, galinheiros, pocilgas...) de subsistência básica (embora mais tarde também tenham originado fartos lucros), os vinhedos estavam na primeira linha:

1. em primeiro lugar, pela necessidade de vinho sacramental, com a dignidade equivalente ao ouro dos cálices, para poder ser sacralizado nas missas;



2. em segundo lugar, pela sua rentabilidade, que se revelou fabulosa – basta lembrar que a quinta de Mosteirô (Cambres) exportava para o Porto de vinho (15 a 16.000 almudes – 200?600 pipas?), pelo menos já no século XV!^[20]

b) A sua soberba situação desta quinta dos Varais – à beira do Douro e junto à foz do Varosa – só por si justificaria a prioridade e, até, a urgência, da compra, quer pela produção vitivinícola, quer ainda pela situação estratégica para a pescaria e as acessibilidades do transporte.

c) O topónimo ‘Varais’ pode ter origem na abundância de varas (canas ou varas de castanheiro para cestaria), de grande funcionalidade para a agricultura e, também, a pesca no Douro, tal como a língua de terra (antigo ancoradouro?) ainda hoje existente junto da propriedade. Os frades (por regra limitados no consumo de carnes, sobretudo vermelhas) obtiveram muitos privilégios de pesca, não apenas no Varosa, mas ainda ao longo do Douro, da Pesqueira ao Porto.^[21]

Outras hipóteses toponímicas poderiam advir do facto de os barcos aí irem ‘varar’... ou, mesmo, da existência de gado (porcino, bovino, etc.).

d) Essa reentrância, protegida da entrada directa das águas no Douro, mesmo actualmente apresenta sólidos e consistentes vestígios de um ancoradouro, resistente ao tempo e à obra humana da navegabilidade.

e) Como se depreende, pode ter sido ali construído o primeiro ancoradouro de entrada e saída de pessoas e bens monacais, de Tarouca e, até, da própria cidade de Lamego. Creio ser de propor que a arqueologia estude a origem, composição e funcionalidade desse ‘ancoradouro’^[22].

f) A “récua” poderá significar a oferta permanente de um entreposto de transporte no “*portu de Regua*” (récua) citado em documentos de 1019 e 1258, situado entre o “*portus Bacalusti*” (Bagaúste) e o “*portus de Moledo*” e, um pouco mais abaixo, o “*portus de Aliovirio*” (Cidadelhe-Mesão Frio) e,

[20] Ver mais pormenores económicos em: Rui Fernandes - DESCRIÇÃO DO TERRENO EM RODA DA CIDADE DE LAMEGO DUAS LÉGUAS, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936. Ver, ainda: CISTER NO VALE DO DOURO, op. cit., pág. 184. Este livro é fundamental para a compreensão da epopeia dos 4 conventos de Cister no Douro e na Fundação de Portugal.

[21] Ver Rui Fernandes (op. cit.). Ver, ainda CISTER NO VALE DO DOURO (op.cit.)

[22] Esta ideia deve juntar-se a outra (exposta no meu livro D. AFONSO HENRIQUES-OS MISTÉRIOS E A LÓGICA, já cit.), em que proponho o estudo arqueológico da quintã de Vila Nova de Egas Moniz (em Britiande-Lamego), de modo a estudar a existência da capela de St Ildefonso e analisar o seu conteúdo.

ainda depois, o Porto Antigo, Porto de Rei (nestes portos eram construídos os rabelos), etc?^[23]

g) Mesmo sem o aproveitamento do ‘ancoradouro’ citado, a criação de uma estrutura de apoio logístico, ou entreposto, à beira dos dois rios também poderia motivar a compra da herdade, que, por um lado, estabeleceria a ligação dos transportes entre o rio Douro e Lamego-Tarouca e, por outro, possibilitaria o armazenamento de bens e a acomodação de pessoas – além da produção vinícola, que programadamente se estendeu por toda a encosta de Cambres.

h) Foram gastos na compra recursos retirados de parco orçamento, proveniente de exíguos e aleatórios donativos, destinado à instalação da Ordem, nomeadamente a própria construção da igreja (cuja primeira pedra só pôde ser lançada precisamente dez anos depois, em 1152, por D. Afonso Henriques, ao voltar (a Britiande) depois da vitória de Trancoso contra os mouros^[24];

i) Portanto, havia urgência na compra da propriedade, a 25^{km} de distância do mosteiro de S. João de Tarouca;

3. Os Varais e a encosta ensolarada de Cambres oferecem a situação mais privilegiada de todas as redondezas, pela ampla abertura terrestre a norte

(Terras de Penaguião) e pela acessibilidade ao Mundo através do Rio;



Igreja de Almacave – Cortes (clandestinas) de Lamego

Esta compra situa-se estrategicamente em sintonia com os três factos mais decisivos da Fundação do Reino de Portugal:

– logo depois da batalha de Ourique (1139);

[23] Vários outros portos medievais (e suas ‘barcas’) são citados: Porto Antigo (Cinfães), Porto de Rei (Resende), Porto Manso (Baião), Portugéns (Resende), Portus civitatis Anegine (Eja-Penafiel)...

[24] Ver: Uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do mosteiro cisterciense de S. J. Tarouca. In: REVISTA DE HISTÓRIA DE ARTE, nº 4 – 2007 (artigo do Arqueólogo e Técnico da D.Reg.Cultura Norte Luís Sebastian e da Arqueóloga Ana Sampaio e Castro).



- um ano antes do Tratado de Zamora (1143).
- integrando-se, portanto, no contexto das Cortes de Lamego (Cortes Constituintes do Reino na clandestinidade), realizadas entre 1139 (Ourique) e 1143 (Zamora).

Em 1140, D. Afonso Henriques, aí ajuramentado como Rei, assina, pela primeira vez “*Ego Alfonsus portugalensium Rex*”.

Por tudo isto, a Escritura da primeira Quinta (“herdade dos Varais”), ainda mais do que um importante documento, deverá ser considerada a ‘**Magna Carta**’ constitutiva, se não da pré-história, mas seguramente da história dos vinhos do Douro, pois os coloca em sincronia com a fundação da nossa própria Nacionalidade, perfeitamente integrada no contexto borgonhês do projecto cristão de D. Afonso VI e VII, do Conde D. Henrique, dos Cavaleiros cruzados, dos Frades cistercienses e, ainda, dos Saibradores galegos e da Cultura popular compostelana, coordenados pelas intenções e poderio militar do Castelo de Lamego, de Egas Moniz e D. Afonso Henriques.

Nessa propriedade – seguramente a primeira ‘Quinta’ do Douro, a que várias outras se seguiram, segundo investimentos planificados^[25] – foram logicamente implantadas as castas e os métodos praticados nas outras quintas cistercienses da Borgonha, uma das regiões vitivinícolas mais antigas e celebradas do mundo.

Ainda hoje persistem significativos vestígios dessa importação vitivinícola cisterciense: além do prestígio do carvalho francês, há várias castas de nome francês, da Borgonha, de Bordéus (*Chardonnay*, *Cabernet sauvignon*, *Semillon*, o *Pinot Noir*, o delicioso *Muscat*...).

Acrescente-se, ainda, a secular tradição dos



A flor-de-lis do brasão
cisterciense
(este é da Murganheira) eleva a
dignidade dos vinhos durienses à
da nobreza borgonhesa dos Reis
franceses e das várias dinastias
europeias

[25] Note-se que só depois (por ex. em 1143...) é citada uma “vinha” como doação aos monges, mas em situação doméstica, aleatória e descontinuada, como a vinha da Pesqueira.

‘champanhes’: da Raposeira e da Murganheira, que ainda hoje inscreve nas suas garrafas o logotipo de Cister e dos abades borgonheses e a flor-de-lis dos reis de França.

Brevemente, depois da encosta de Cambres, Cister multiplicou no Douro várias dezenas de granjas e quintas vitivinícolas, em que predominou a eficiência e o sucesso de uma organização empresarial ‘profissionalmente’ hierarquizada e planificada.^[26]

O sucesso empresarial e comercial dos vinhos provenientes das castas borgonhesas de Cister desde cedo transpôs todas as fronteiras dos

mosteiros, da Região (venda em mercados e tabernas junto dos numerosíssimos prédios da Ordem espalhados de Castelo Rodrigo ao Porto e, bem cedo, por todo o Mundo, permanecendo activo – e até contrafeito, imitado! – ainda nos nossos dias.



1293 – D. Dinis e Eduardo III de Inglaterra estabelecem liberdade comercial entre Portugal e Inglaterra, com intercâmbio de mercadorias, por ex. vinhos e tecidos.

A exportação para Inglaterra foi firmada já em em 1293^[27] e, ainda, em 1308^[28], por D. Dinis e Eduardo III (iniciador da Guerra dos Cem Anos com a França^[29]), que desenvolveram trocas comerciais, mais tarde desenvolvidas e formalizadas em Feitorias^[30].

A exportação do vinho do Vale do Ave (Viladavia), o ‘vinho de Viana’, verde e frágil, cedo foi substituída pela do “Vinho do Porto“, que era o “vinho cheirante de Lamego“, maduro e licoroso, de qualidade alcoólica garantidamente

[26] ACTAS do II Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a J.L.Vasconcelos (2006)

[27] Criação nde uma Bolsa de Mercadores, com liberdade de comércio entre Portugal e a Inglaterra.

[28] Segundo Tratado de Comércio com a Inglaterra. O Tratado de Methuen é de 1703, 400 anos depois.

[29] Entenda-se que esta guerra dos Cem Anos motivou a transferência do mercado vinícola inglês de França (Borgonha, Champagne, Bordeaux...) para Portugal.

[30] O comércio medieval entre Portugal e a Europa foi objecto de vários tratados: 1290 (França) -1293 (Inglaterra) - 1308 (Inglaterra) - 1310 (França) - 1353 (Inglaterra) - 1367 (Inglaterra) - 1372 (Tratado de Fagilde/Vizela, de D. Fernando com o Duque de Lencastre - dá origem à Aliança Inglesa). Ver: HISTÓRIA DE PORTUGAL (9 vols.), dir. Rui Ramos, ed. Expresso, 2012.



durável – 16º, elevada a 19º quando se juntava aguardente vínica.

Nessa altura, o vinho era trocado por tecidos, bacalhau e outros produtos.

A presença comercial dos ingleses (e, também, com os franceses) começou então, com D. Dinis, na Gaia intermediária.

A importância do negócio das exportações, já nessa altura, exige que se sublinhem as lutas portuárias de seu pai, D. Afonso III, com o bispo do Porto, que recorreu ao próprio Papa para, em 1255, não ser constituído o Concelho Municipal de Gaia, por decreto real. Tal decreto estabelecia que a terça parte de todos os barcos que descessem o rio e que metade dos que chegassem de fora teriam de descarregar as suas mercadorias em Gaia.

O rei imiscuia-se no negócio de raiz eclesiástica e avolumava as tensões seculares entre as abundâncias dos abades e as carências dos bispos, com destaque para o do Porto, sempre a tentar ‘valorizar’ as suas portagens do Douro, na margem direita^[31].

A alfândega do Porto consegue depois destaque na exportação, em 1678, data em que se consolida oficialmente o nome actual “vinho do Porto”.

Só a decadência monacal (resultante da laicização, no Renascimento, Humanismo e Descobrimentos) permitiu impor a Alfândega do Porto.

Em 1749 (71 anos depois) são oficialmente exportadas 19.000 pipas.

Deve ficar bem claro que a continuidade vitivinícola romana é praticamente anulada com a presença muçulmana de quatro séculos – o que torna tão uniforme e grandiosa a implementação dessa enorme extensão, organizada, de vinhedos durienses: é que o Alcorão proibía o consumo de vinho no planeta Terra, como podemos ver nestes pequenos, mas solenes, excertos:

«Ó vós que credes! O vinho e o jogo de azar e as pedras levantadas com nomes de ídolos e as varinhas da sorte não são senão abominação: acções de Satã. Então, evitai-as na esperança de serdes bem-aventurados»^[32].

Por outro lado, para desforra, no Paraíso muçulmano «*haverá para os*

[31] Richard Mayson: O PORTO E O DOURO. Livros Quetzal SA, 2001.

[32] Alcorão: S. 5:90

piedosos triunfo: pomares e videiras, e donzelas de insipientes seios, da mesma idade” ^[33], *“virgens, meigas, da mesma idade”* (i.é: que nunca envelhecem) ^[34] – e haverá também... *“rios de vinho”*: *«nele [Paraíso, prometido aos piedosos], há rios de água nunca malcheirosa, ... e rios de vinho, deleitoso para quem o bebe...»*^[35] (!...)

Não havia vinhas no Douro, antes de Cister se ter aí estabelecido?

Teremos de distinguir:

a) Havia durante a época da ocupação romana, consolidada apenas no séc III DC, até ao ano de 409 DC. A ‘quinta’ romana de Canelas (“Fonte do milho”), existente desde o séc I DC, foi descontinuada com a saída dos romanos (séc V).

b) As poucas vinhas que restaram durante a instabilidade da ocupação pós-romana dos Suevos e Visigodos, a muito custo se manteriam durante a época de ocupação dos Muçulmanos, iniciada em 711.

Mas sempre existiram vinhas, mas não mais do que cepas domésticas, produtoras de vinho de consumo, ou de pasto, em zonas cristãs ou pouco arabizadas, nomeadamente na Pesqueira e no Freixo^[36] – e, sobretudo, uma água-pé ou ‘beberagem’ caseira, uma jeropiga festiva de baptizado ou casamento...

Isto é: só a cruzada borgonhesa cisterciense do reinado de D. Afonso Henriques pode estabelecer e desenvolver empresarialmente a Quinta duriense. Depois de colaborar nas necessidades económicas inerentes ao esforço da cruzada, a abundância e qualidade do vinho pôde permitir a universalização, ombro a ombro com os melhores vinhos do Mundo!

Um cronista medieval veria um ‘milagre’ neste Património vinícola, comparando a sorte do Vinho com a sorte de outros produtos monásticos igualmente ‘divinos’: os doces conventuais, os licores...

[33] Alcorão: 78:33-33

[34] Alcorão: S. 56:35-48

[35] Alcorão: S. 47:15

[36] Durante a Alta Idade Média, o vinho, para além de passar a entrar nos hábitos alimentares quotidianos, torna-se indispensável aos ritos religiosos cristãos. Por isso, os

monges e os lavradores cristãos dedicam à vinha uma atenção especial. No Douro, testemunham o cultivo da vinha os forais de S. João da Pesqueira (1055) e de Freixo de Espada à Cinta (1152). In: A Barros Cardoso: MARCOS DA VITICULTURA NO NORTE DE PORTUGAL (Gehvid - FLUP)

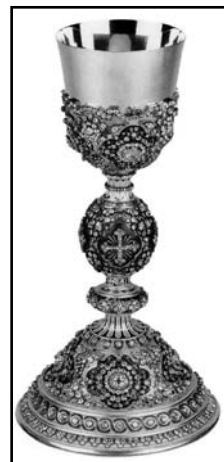


As aguardentes eram comuns aos licores, aos doces e ao vinho de missa. A vinha era mais essencial do que os doces e os licores, para garantir o “vinho de missa” sacramental, sem o qual não pode haver a celebração eucarística.

Para os cristãos, o Vinho é o símbolo da alegria, como o Pão é o símbolo da vida. Cristo deixa em Sua memória a transubstanciação do pão e do vinho, que nas missas (eucaristia) a fé transforma no Seu corpo e sangue.

A experiência e organização monacal trouxe, da Borgonha natal (Ferté em 1113, Pontigny em 1114, Morimond, Claraval em 1115 e, ainda, Fontenay, Citeaux, Clairvaux, Vézelay^[37]...), um granjeio sistemático, em granjas^[38], de verdadeira Quinta, organizada como hoje a entendemos.

Assim se explica a cuidadosa urgência de Cister, logo em 1142, ao ‘demarcar’ iniciaticamente a encosta de Cambres e aí investir o futuro vitivinícola, seguramente segundo os evoluídos métodos e castas da experiência monacal borgonhesa, começando pela “herdade dos Varais” – numa zona bem tipicamente cisterciense (entre dois rios, o Varosa e o Douro), que se revelou privilegiada^[39].



A dignidade litúrgica
de um cálice

Imperioso é notar que, durante a Idade Média, os monges beneditinos e cistercienses produziam ‘vinho de missa’^[40] – de modo semelhante à que ainda hoje se usa no vinho fino do Douro (vinho do Porto): ou seja, parando a fermentação com a adição de uma aguardente vínica, de forma a ficar com um teor de açúcar e de álcool mais elevado do que o normal, coerente

[37] A UNESCO incluí estes (e muitos outros) monumentos cistercienses na sua listagem de Património Mundial (1981), não só individualmente mas ainda pelo enquadramento paisagístico que construíram e em que se enquadram, desde S. Bernardo, em 1118. Cerca de 120.000 turistas visitaram Fontenay em 2011. A Revolução Francesa tinha-a vendido a um fabricante de papel em 1791 (idêntica atitude de lesa-cultura teve o Liberalismo em Portugal contra Cister, pouco depois).

[38] CISTER NO VALE DO DOURO, ed. GEHVID (Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto).

[39] O sítio escolhido justifica ao máximo a aplicação do parco orçamento monacal: além da terra, de grande generosidade produtiva, aí se garantiam as necessidades de consumo de peixe, dado o plano secundário em que o Regulamento da Ordem colocava as carnes, sobretudo as vermelhas.

[40] Embora não tendo adquirido a universalidade do vinho do Porto, ainda hoje são apreciados e rendosos vários produtos monacais, nomeadamente licores e doçaria.

também com o seu uso medicinal e conservando-se durante mais tempo e com qualidade garantida para todo o ano.

É básico reconhecer que a dignidade litúrgica do ‘vinho de missa’ – servido em cálice de ouro ou prata e pedras preciosas – é objecto de específica regulamentação comunitária, ratificada pela autoridade eclesiástica, que estabelece:

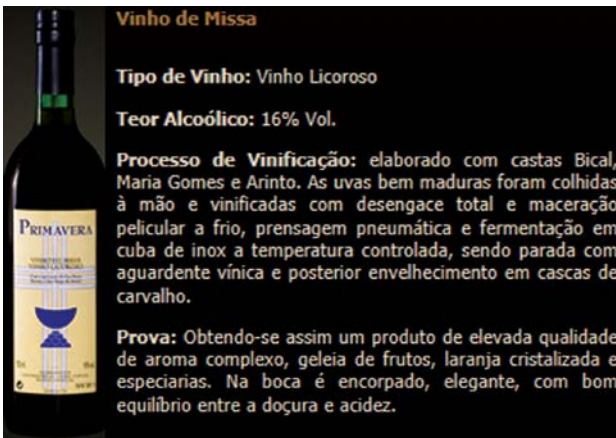
Portaria 924/2004, de 26 de Julho

– ANEXO I (a que se refere o n.º 4º)

(...) 3.º - 1 - Para os vinhos licorosos, sem prejuízo de disposições mais restritivas estabelecidas em legislação específica para vinho licoroso com indicação geográfica ou vinho licoroso de qualidade produzido em

região determinada (VLQPRD), podem ser utilizados os seguintes designativos:

(...) c) «Vinho de missa» - menção reservada para os vinhos licorosos obtidos de acordo com as regras



estabelecidas pela autoridade eclesiástica, desde que esta tenha dado a sua autorização escrita ao engarrafador; (...)

Esta legislação contempla também vinhos VQPRD. Os licorosos (VLQPRD com 16º), constituem a estirpe do vinho do Porto (que tem 19º).

As *Caves Primavera*, na Bairrada, por ex., produzem “vinho de missa” licorosos, com as características indicadas no rótulo:

É visível a sua elevada graduação alcoólica (16º): por isso podia ser



equilibrada ao gosto do Celebrante, através de umas colherinhas de água.

A qualidade do “vinho de missa“, como do “vinho cheirante de Lamego” ou do “vinho do Porto“, era sempre (religiosamente...) garantida nos lagares e armazéns dos produtores: os acrescentos de aguardente, no acto da exportação (13-18 litros/pipa praticados, documentadamente, por ex. entre 1650 e 1700) prestavam-se a várias ‘ambiguidades’, que o Marquês quis erradicar 50 anos depois, em 1756, com a criação da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro.

SÍNTESE



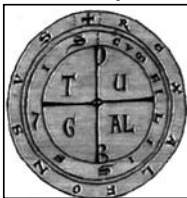
Brasão de Borgonha



Templários



Ordem Militar
de Santiago



O selo cristão
de D. Afonso Henriques

Tornam-se bem claras as respostas ao que ainda hoje se questiona sobre a história da vitivinicultura duriense e do próprio Reino português: basta que se estudem os factos, situados sempre nos contextos históricos documentados, com o seu móbil e evolução, para assimilar a lógica da história dos primórdios do Douro – e de Portugal.

O Conde D. Henrique (com o seu primo Conde Raimundo de Borgonha) enquadrados no império de D. Afonso VI, integraram a ajuda militar e política.

Com eles, São Bernardo e a sua Ordem de Cister (Borgonha) acrescentaram à sua missão pastoral e assistencial, uma fortíssima ajuda económica.

O Ribadouro, de Egas Moniz com a sua segunda mulher D. Teresa Afonso, criou o herdeiro do Conde D. Henrique, D. Afonso Henriques e seus filhos, no Paço de Vila Nova (Britiande).

O segundo Rei aí criado, D. Sancho I, beneficiou do charme de Bonamis e Acompaniado, a quem agraciou com dádivas em Canelas (do outro lado do rio Douro).



D. Henrique de Borgonha
e D. Egas Moniz de Britiande:
os alicerces da Pátria portuguesa

A P á t r i a Portuguesa nasceu no Douro – sonhada e ousada à sombra do Castelo de Lamego.



A consolidar a epopeia, os Cruzados – em trânsito para a Terra Santa, depois da paragem penitencial em Santiago de Compostela, para obtenção da indulgência plenária de Calixto II^[41], garantiram a conquista e a posse da vertente atlântica: Lisboa foi conquistada em 1147, Alcácer em 1160, etc. – até ao garrote final a todo o Algarve (Alvor, Silves...), estabelecendo, já em 1249, com D. Afonso III, as fronteiras de hoje.

Só 200 anos depois os Muçulmanos foram totalmente expulsos no resto da Península Ibérica!

A história da Vinha do Douro acompanha, explica e consolida a gestão da Pátria^[42].

O chamado “vinho do Porto” evolui a partir do vinho licoroso “de missa”, ou “cheirante de Lamego“, originariamente produzido com $\pm 16^\circ$ de álcool, mas depois adaptado à exportação, com mais álcool e com o nome de “Vinho do Porto“.

Essa adaptação alcoólica persiste ainda, na actual norma que controla o seu grau alcoólico, entre os 19 e os 21°.

Ainda hoje os vinhos de Cister eternizam, no Douro, a sua nobreza histórica e patrimonial.

[41] Indicaram-se em rodapé algumas fontes bibliográficas. Vários conceitos fundamentais deste artigo estão desenvolvidas na obra de Altino M. Cardoso, já citada:

D. AFONSO HENRIQUES-OS MISTÉRIOS E A LÓGICA, ed. Amadora-Sintra, 2011. Esta obra inclui vasta Bibliografia sobre a História do Douro e D. Afonso Henriques.

[42] O Professor Barros Cardoso (Univeridade do Porto) sintetiza o equilíbrio cirterciense abordado por Georges Duby (ver, *supra*, p. 6):

A abadia de Clos Vougeaut, na Borgonha, podia guardar nos seus armazéns 2.000 pipas de vinho. As estatísticas dão, hoje, nota desta realidade longínqua:

Em França existem 109 denominações de vinhos referenciados como tendo origem monástica, 45 na Alemanha, 27 na Áustria, 17 na Itália, 12 na Suíça, 9 em Portugal, 7 em Espanha, 5 na Grécia e 4 na Grã-Bretanha, o que mostra o papel das organizações monásticas enquanto difusoras da cultura da vinha em toda a Europa.

In: MARCOS DA VITICULTURA NO NORTE DE PORTUGAL, GEHVID, U.P.

Primeiras Quintas do Douro (Cister)

**RIO
DOURO**

**PESO DA
RÉGUA**

Rio Corgo

Quinta de
Tourais
(Pacheca)
1228 e 1230

Herdade
dos Varais
1142

Quinta de
Mosteirô
1149 e 1175

Quinta da
Formiga
1206

Rio Varosa

Em 1185: Compra
da Qt^a de Valongo
(Tedo-Tabuaço)
Em 1285: a Qt^a
dos Frades
(Temilobos
-Armamar) foi
doado a
Salzedas

Quinta de
Monsul
1170 e 1187

CAMBRES
sede da freguesia

SANDE

Actual barragem
Varosa-Balsemão

Rio Balsemão

LAMEGO

Capital do Ribadouro
de Egas Moniz
e Afonso Henriques

A compra destas propriedades iniciou, com castas borgonhesas de Cister, a produção do “vinho de missa”, também chamado “vinho cheirante de Lamego” – depois denominado “Vinho do Porto”, quando, a partir de um tratado de D. Dinis com Eduardo III (1294 e 1304), começou a ser exportado para Inglaterra, pelo porto de Gaia-Porto, sucedendo aos “Vinhos de Viana” (verdes).



O CASTELO DE LAMEGO,
dominado pela poderosa Estirpe de Egas Moniz do Ribadouro:
a ele se deve (directa ou indirectamente) a vitória em S. Mamede (Guimarães, 1128)
e a independência de D. Afonso Henriques e de Portugal



APÊNDICE A

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- ACTAS do II Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a J. Leite de Vasconcelos (2006)
ALCORÃO: S. 47:15 e outras citações
AMARAL, Diogo Freitas do – D. AFONSO HENRIQUES-BIOGRAFIA, Bertrand.
CARDOSO, A. Barros – MARCOS DA VITICULTURA DO NORTE DE PORTUGAL, ed. Gehvid, U.P.
CARDOSO, Altino M. – D. AFONSO HENRIQUES-OS MISTÉRIOS E A LÓGICA, 2012, ed. Amadora-Sintra
CARDOSO, Altino M. – GRANDE CANCIONEIRO D ALTO DOURO (vol. I e III)
COCHERIL, Fr. Maur – Abadias Cistercienses Portuguesas. Lusitania Sacra, (1959).
COSTA, M. Gonçalves – HISTÓRIA DO BISPADO E CIDADE DE LAMEGO, vol II, cap XVII, 1977, adapt.)
DIAS, Geraldo C., TEIXEIRA, V., RODRIGUEZ, J., BARROS, A., TEIXEIRA, R. – CISTER NO VALE DO DOURO, ed. GEHVID, 1998
DIAS, Geraldo Coelho – Cister: irradiação de espiritualidade e cultura. In: Cister no Vale do Douro, p. 21.
DUBY, Georges – São Bernardo e a arte cisterciense.
DUBY, Georges – SÃO BERNARDO E A ARTE CISTERCIENSE, ed. Asa, Porto, 1997
FERNANDES, A. Almeida – LIVRO DAS DOAÇÕES DE TAROUCA, ed. C.M.Tarouca, 1991
FERNANDES, A. Almeida – INTERVENÇÃO DE LAMEGO NA LIBERTAÇÃO NACIONAL (1126-1128), Viseu, 1995
FERNANDES, A. Almeida – Viseu-5 de Agosto de 1109-Nasce D. Afonso Henriques (ed. do Gov. Civil de Viseu)
FERNANDES, A. Almeida – TARAUCAE MONUMENTA HISTORICA, C.M.Tarouca, 1991
FERNANDES, Rui – DESCRIÇÃO DAS TERRAS EM REDOR DA CIDADE DE LAMEGO DUAS LÉGUAS, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936
MAYSON, Richard – O PORTO E O DOURO. Livros Quetzal SA, 2001.
PAGARÁ, Ana Fátima – O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar. In: Cister – Espaços, Territórios, Paisagens, vol. 2, p. 647.
PORTARIA 924/2004, de 26 de Julho – ANEXO I (sobre o 'vinho de missa')
RAMOS, Rui (dir.) *et alii* – HISTÓRIA DE PORTUGAL, 9 vols., ed. Semanário EXPRESSO, 2012
REVISTA DE HISTÓRIA DE ARTE, nº 4 – 2007 Uma primeira proposta de reconstrução arquitectónica do mosteiro cisterciense de S. J.Tarouca. (artigo dos arquitectos Luís Sebastian e Ana Sampaio e Castro).
TEIXEIRA, Vítor R. Gomes – (rev. DOURO - Estudos & Documentos, vol I, 1996)

OBS.: Indica-se um mínimo de fontes bibliográficas.

Os conceitos fundamentais da História de D. Afonso Henriques, presentes neste artigo estão desenvolvidas na obra, já citada:
Altino M. Cardoso - D. AFONSO HENRIQUES-OS MISTÉRIOS E A LÓGICA (2011).

Esta obra inclui vasta Bibliografia sobre a História do Douro, de D. Afonso Henriques e da Fundação de Portugal.

TÁBUA CRONOLÓGICA (Península Ibérica e Portugal num contexto europeu)

- 395 - Morte de Teodósio. Segundo os Historiadores encerra a ANTIGUIDADE e abre a IDADE MÉDIA.
- 409 - Vândalos, Alanos e Suevos instalam-se na Península Ibérica.
- 416 - Os Visigodos instalam-se na Península Ibérica.
- 448/49 - Os Suevos da Península Ibérica convertem-se ao Cristianismo.
- 468 - Eurico, rei visigodo, conquista a Península Ibérica.
- 489 - Os Ostrogodos, comandados por Teodorico, invadem a Península Ibérica.
- 529 - Em Monte Cassino, S. Bento funda a Ordem dos Beneditinos.
- c. 570/71 - Nascimento de MAOMET.
- 569 - Referência ao bispo de Lamego, no concílio de Lugo (tempo de S. Martinho de Dume).
- 589 - O reino visigodo da Península Ibérica converte-se ao Cristianismo.
- 590 - O Papa Gregório Magno promove a unidade cristã no Ocidente, sob a direcção de Roma.
- 622 - A «Hégira» de MAOMET.
- 632 - Morte de MAOMET.
- 633 - Primeira edição do Corão.
- 711 - Partindo do norte de África, exércitos berberes comandados por Tarique, invadem a Península Ibérica.
- 715 - As possessões do califa Valid I estendem-se dos Pirinéus à China.
- 718 - Revoltado contra o domínio dos Mouros, Pelágio funda o reino das Astúrias.
- 722 - Pelágio derrota os Mouros na batalha de Covadonga.
- 732 - Em Poitiers, Carlos Martel derrota os Muçulmanos.
- 739 - Afonso I, rei cristão de Espanha.
- 843 - Tratado de Verdun; o império de CARLOS MAGNO é partilhado pelos seus três netos e são assim lançadas as bases territoriais dos futuros Estados da França, Alemanha e Itália.
- 844 - Primeiro registo de ataques de piratas Escandinavos a Lisboa;
- 843/44 - Os Normandos saqueiam Lisboa, Beja e várias localidades do Algarve.
- 859 - Registo de ataques de piratas Escandinavos na costa do Algarve;
- 868 - O conde Vímara Peres proclama o condado de Portucale (Portugal) feudo do Reino das Astúrias;
- 868 - Vímara Peres funda a localidade de Vimarani (Guimarães);
- 868 - Vímara Peres toma o Porto aos Mouros;
- 871 - Os Cristãos retomam Coimbra e Hermengildo Mendes é proclamado Conde de Coimbra;
- 873 - Morre Vímara Peres e o seu filho Lucídio Vimaranes recebe o título de 1º Conde de Portucale;
- 873 - Morre Lucídio Vimaranes e Diogo Fernandes herda o título por casamento com a filha de Lucídio Vimaranes;
- 878 - Coimbra é anexada ao Reino das Astúrias e governada por Hermenegildo Mendes;
- 878 - Data provável da fundação do Mosteiro de Lorvão.
- 910 - Fundação da Abadia de Cluny, na Borgonha;
- 910 - Lucídio Vimaranes recebe o título de Conde de Portucale;
- 911 - Aires Mendes recebe o título de Conde de Coimbra;
- 926 - Mendo Gonçalves (também conhecido como Hermenegildo Gonçalves, filho do conde Gonçalo da Galiza, casa com Mumadona Dias (filha de Onega Lucides e Diogo Fernandes), e recebe o título de Conde de Portucale;
- 928 - Gonçalo Moniz recebe o título de Conde de Coimbra;
- 929 - Afonso IV é coroado Rei de Leão;
- 930 - Ramiro II é proclamado Rei de Leão (930-950) e fixa-se em Viseu;
- 938 - Primeira escrito com referência Portugal e não Portucale;
- 946 - O Condado de Castela torna-se independente;
- 950 - A Condessa Mumadona divide o seu vasto património pelos filhos;
- 950 - Gonçalo Mendes recebe o título de Conde de Portugal;
- 959 - A condessa Mumadona doa uma vasta parte das suas propriedades ao Mosteiro de Nossa Senhora da Oliveira (Guimarães);
- 962 - Data provável da revolta do Conde de Portucale contra o domínio do Rei de Leão.

A MAGNA CARTA DA HISTÓRIA DO VINHO DO PORTO

– a escritura de Cister (1142)



- 966 - Os Vikings atacam a Galiza e matam o Bispo de Santiago de Compostela;
- 987 - Al-Mansur Ibn Abi Amir toma Coimbra e muitos dos castelos a norte do Rio Douro. Marcha sobre Santiago de Compostela e destrói a cidade e a igreja de Santiago;
- 997 - Gonçalo Mendes adopta o título de Grão-duque de Portugal, luta contra Bermudo II de Leão e é derrotado na batalha;
- 999 - Morre Mumadona Dias;
- 999 - Mendo Gonçalves II recebe o título de 2º Conde de Portugal;
- 1008 - Mendo Gonçalves II é morto num ataque Viking à Galiza;
- 1008 - Alvíto Nunes recebe o título de 4º Conde de Portugal;
- 1009 - Os árabes destroem o Santo Sepulcro;
- 1016 - Invasores Normandos sobem ao longo do Rio Minho e destroem Tuy na Galiza;
- 1017 - Casamento de Ilduara Mendes com Nuno Alvites, 5º Conde de Portugal;
- 1022 - Lisboa torna-se um condado independente de Córdova, mas é posteriormente anexada a Badajoz;
- 1028 - Mendes Nunes recebe o título de 6º Conde de Portugal;
- 1028 - Alfonso V das Astúrias e Leão faz cerco a Viseu e é morto por uma flecha;
- 1034 - Gonçalo Trastemires toma o Castelo de Montemor;
- 1035 - Bermudo III derrota o exército muçulmano numa batalha perto de Aveiro; mais tarde é morto numa batalha em Toledo;
- 1037 - União de Castela e Leão;
- 1050 - Nuno Mendes recebe o título de 7º Conde de Portugal e último na linha de sucessão da Casa de Vímara Peres;
- 1051 - O reino do Algarve é anexado ao reino de Sevilha;
- 1057 - Fernando I de Castela e Leão toma aos mouros Lamego (definitivamente), Seia e Viseu;
- 1060 - Concílio Eucuménico de Santiago de Compostela (1060-1063);
- 1064 - Fernando I de Castela e Leão toma Coimbra e Sisnando Davides recebe o título de Conde de Coimbra
- 1064 - É adoptado o Calendário Hispânico (diferença: 38 anos)
- 1064 - Reconquista cristã de Coimbra aos mouros: o Conde Sisnando funda aí a primeira escola oficial portuguesa;
- 1064 - O Reino estende-se até ao Mondego;
- 1065 - Garcia II da Galiza (1065-1072), proclama a independência do reino da Galiza e Portugal;
- 1066 - Nasce o Conde D. Henrique de Borgonha;
- 1070 - S. Frutuoso de Dume é nomeado Bispo de Braga
- 1070 - Nuno Mendes revolta-se contra Garcia II da Galiza e reclama a independência e o título de Rei de Portugal;
- 1071 - Restauração da Diocese de Lamego;
- 1071 - Batalha do Pedroso - O Conde Nuno Mendes é derrotado e morto na batalha travada com Garcia II da Galiza;
- 1072 - Afonso VI retoma a coroa de Leão e assume a de Castela
- 1072 - Afonso VI de Castela despoja Garcia II da Galiza de todo o seu poder e reino;
- 1073 - Afonso VI anexa Galiza e Portucale aos seus domínios;
- 1075 - Início da construção da Catedral de Santiago de Compostela
- 1080 - Nascimento de Egas Moniz e da sua 1ª mulher, D. Dórdia Pais de Azevedo;
- 1080 - Nascimento de D. Teresa de Leão;
- 1085 - Fundação em Portugal (Alpendurada) da Ordem Beneditina de Cluny;
- 1086 - Raimundo de Borgonha vem pela 1ª vez à Península a acompanhar o Duque Eudo I e ajudar na Cruzada peninsular;
- 1090 - Raimundo de Borgonha regressa à Península Ibérica acompanhado pelo seu primo Henrique de Borgonha;
- 1090 - Nascimento de São Bernardo;
- 1091 - Casamento de D. Raimundo de Borgonha com D. Urraca, filha de Afonso VI;
- 1090 - Afonso VI entrega ao conde D. Raimundo o governo da Galiza;
- 1091 - O conde D. Raimundo (1080-1107) e D. Urraca (1082-1129) governam a Galiza; são pais de D. Afonso VII;
- 1092 - Morte de Sisnando, governador de Coimbra;
- 1093 - O rei de Badajoz entrega a Afonso VI as cidades de Santarém e Lisboa-Sintra; o governo das mesmas é confiado a D. Raimundo, que delega o de Santarém a Soeiro Mendes da Maia;
- 1093 - D. Raimundo assina com D. Henrique, seu primo, um tratado ("Pacto Sucessório") pelo qual este, por morte de D. Afonso VI, se compromete a reconhecê-lo como rei, recebendo D. Henrique, em troca, o Reino de Toledo ou da Galiza;
- 1094 - Henrique de Borgonha, conde de Portucale, casa com D. Teresa de Leão (filha bastarda de Afonso VI);
- 1094 - Afonso VI concede a Henrique o controlo dos territórios de Portucale e Coimbra, sob a suserania de D. Raimundo;
- 1095 - Papa Urbano II ordena a primeira cruzada, no concílio de Clermont-Ferrand;
- 1095 - Constituição do Condado Portucale: D. Henrique de Borgonha;
- 1096 - Foral de D. Henrique a Constantim de Panóias;
- 1098 - Fundação da Ordem de Cister (Roberto de Molesmes);

Altino Moreira Cardoso

- 1100 - D. Henrique defronta os Almorávidas em Moragon;
- 1102 - Batalha de Arouca;
- 1102 - Diego Gemírez Bispo de Santiago de Compostela ataca Dume e transfere as relíquias de S. Vitor e de S. Frutuoso para Santiago de Compostela
- 1103 - D. Teresa governa o condado com a ajuda de Soeiro Mendes aquando das viagens de D. Henrique a Roma e Jerusalém
- 1105 - As tribos almóadas e o seu anti cristianismo espalharam-se por toda a Península Ibérica
- 1105 - Nasce Afonso VII (morre em 21 de Agosto de 1157);
- 1107 - D. Raimundo de Borgonha morre e o reino da Galiza é herdado pelo seu filho Afonso Raimundes
- 1109 - A Afonso VI de Castela sucede sua filha D. Urraca, única na linha sucessória, toma o trono de Leão e Castela e casa em segundas núpcias com Afonso I de Aragão;
- 1109 - Nascimento de Afonso Henriques a 5 de Agosto (há quem defenda outras datas);
- 1109 - Morre D. Afonso VI; sucede-lhe D. Afonso VII, depois de disputa entre D. Urraca, D. Teresa e outros pretendentes ao trono;
- 1110 - O Conde D. Henrique faz cerco a Afonso de Aragão em Penafiel;
- 1110 - D. Henrique toma a defesa da cunhada D. Urraca de Castela contra Afonso I de Aragão;
- 1111 - Viagem de D. Henrique a Cluny (sobre a sua sucessão);
- 1111 - Lisboa e Santarém são tomadas pelos Almorávidas liderados por Sîri ibn Abi Bakr;
- 1111 - Conferência de Palência - Promessa de D. Urraca de Castela em repartir os Estados com a sua irmã D. Teresa e o Conde D. Henrique;
- 1111 - D. Henrique sente-se traído pela má-fé de D. Urraca de Castela e por Afonso I de Aragão e cerca-os em Sahagún ajudado pelo partido de Afonso Raimundes, futuro Afonso VII;
- 1111 - D. Henrique outorga um foral a Coimbra que foi o primeiro a estabelecer os direitos e obrigações dos municípes;
- 1111 - Revolta em Coimbra dos burgueses contra o conde D. Henrique;
- 1111 - D. Henrique perde Santarém para os Mouros;
- 1112 - Morte do Conde D. Henrique - Por menoridade do herdeiro Afonso Henriques sua mãe D. Teresa de Leão assume o governo do Condado Portucalense (Afonso Henriques tem 3 anos);
- 1113 - Fundação da Sé do Porto;
- 1115 - Reforma de Claraval, por São Bernardo;
- 1115 - D. Teresa participa na cúria régia de Oviedo (AH 6 anos);
- 1116 - Teresa de Leão entra em guerra contra a irmã, D. Urraca de Castela;
- 1118 - Criação da Universidade de Paris;
- 1118 - Fundação da Ordem dos Templários, em Jerusalém;
- 1120 - Afonso Henriques conta com o apoio do Bispo Braga (D. Paio Mendes-1118-1137) contra sua mãe e o Conde Trava;
- 1121 - O exército de Afonso Raimundes da Galiza encontra-se com o de sua mãe D. Urraca de Castela em Portugal e capturam D. Teresa em Lanhoso - libertam-na após esta concordar a que o Condado de Portucale voltasse para a suserania do reino de Leão;
- 1123 - Foral do Porto, concedido pelo bispo D. Hugo;
- 1123 - Concílio de Ladrão I - Estabelecimento da Reforma Gregoriana - Teocracia Papal (contra Feudalismo);
- 1125 - Afonso Henriques, com 16 anos, arma-se cavaleiro a si próprio na catedral de Zamora, antecipando em sete séculos um gesto de Napoleão Bonaparte (quatro anos antes o primo fizera o mesmo em Santiago de Compostela);
- 1126 - Por morte de D. Urraca de Castela seu filho Afonso Raimundes da Galiza é proclamado rei Afonso VII de Castela e Leão (AH 17 anos);
- 1127 - D. Teresa doa o Vimeiro à Ordem de Cluny
- 1127 - Afonso VII de Castela invade Portugal e cerca Guimarães - O cavaleiro Egas Moniz de Ribadouro convence Afonso VII da lealdade de Afonso Henriques (AH 18 anos);
- 1128 - Reunião de Fráguas (V Nv de Paiva) entre D. Teresa, D. Afonso Henriques e os irmãos Travas (Bermudo e Fernão Peres);
- 1128 - Batalha de S. Mamede - Afonso Henriques (19 anos) derrota o exército de sua mãe a 24 de Julho e toma o controlo total do Condado, sendo aclamado pelos súbditos como Duque de Portugal. Início do Reino de Portugal (*in actu*);
- 1128 - Egas Moniz é nomeado tenente de Lamego – que engloba as terras entre Douro e Mondego e entre o Paiva e o Tordo (S. João da Pesqueira);
- 1128 - Primeira doação aos Templários: castelo e terra de Soure;
- 1129 - D. Afonso Henriques proclama-se soberano das cidades portuguesas;
- 1130 - D. Afonso Henriques (21 anos) invade a Galiza para combater contra sua mãe;
- 1130 - Morte de D. Teresa de Leão, mãe de D. Afonso Henriques;
- 1130 - D. Afonso VII assume o governo efectivo de Leão;
- 1130 - Início da construção das Sés do Porto e de Coimbra;
- 1131 - D. Afonso Henriques desloca a capital do Reino para Coimbra – separação de Guimarães (AH 21 anos);

A MAGNA CARTA DA HISTÓRIA DO VINHO DO PORTO

– a escritura de Cister (1142)



- 1131 - Início da construção do Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra);
 - 1132 - Afonso Henriques começa a usar o título de Rei (doc. do Couto do Mosteiro de Arouca);
 - 1132-33 (AH 23-24 anos) - 2ª invasão da Galiza;
 - 1134 - 3ª invasão da Galiza, construção do castelo de Celmes (AH 25 anos);
 - 1135 - Afonso VII, filho de D. Urraca, é coroado “Imperador de toda a Espanha”, na catedral de Leão, pelo Papa Gregório VII.
- Afonso Henriques (26 anos) é o único (rei) vassalo peninsular que não está presente para prestar a devida vassalagem ao primo;
- 1135 - Construção do Castelo de Leiria (AH 26 anos);
 - 1135 - D. João Peculiar regressa de Roma, de uma das suas catorze viagens;
 - 1136 - Egas Moniz é nomeado *Dapifer Curiae* (AH 26 anos);
 - 1137 - Torneio de Arcos de Valdevez ;
 - 1137 - Batalha de Cerneja - D. Afonso Henriques pactua com os barões da Galiza e derrota o seu primo, o Rei de Leão e Castela;
 - 1137 - 4ª invasão da Galiza, Paz de Tui, Tomada de Leiria pelos mouros (AH 28 anos);
 - 1137 - Paz de Tui. Afonso Henriques promete ao imperador Afonso VII “fidelidade, segurança e auxílio contra os inimigos” e troca terras na região norte por Tomar;
 - 1137 - Afonso Henriques falha a tentativa de conquistar Lisboa aos Mouros;
 - 1138 - Chegada dos monges de Cister a Tarouca, preferindo o Douro ao clima de Lafões, oratório de D. João Peculiar;
 - 1139 - Reconquista de Leiria;
 - 1139 - Fundação da Sé de Coimbra;
 - 1139 - D. João Peculiar assiste em Roma ao Concílio de Latrão e regressa nomeado arcebispo de Braga;
 - 1139 - Batalha de Ourique (AH 30 anos) - D. Afonso Henriques derrota a 26 de Julho as forças Almorávidas lideradas por Ali ibn Yusuf e mais quatro Emires - D. Afonso Henriques autoproclama-se Rei de Portugal e independente dos reinos de Leão e Castela;
 - 1139 - 1 de Novembro - D. Afonso Henriques (D. Afonso I) é coroado Rei de Portugal em Bragança;
 - 1139 - 1185 - Início do reino da Casa de Borgonha;
 - 1139 - Nasce o seu primeiro filho, ilegítimo, Fernando Afonso;
 - 1139 - 5ª invasão da Galiza;
 - 1139 - Início da construção da Sé Velha, Coimbra;
 - 1140 - D. Afonso Henriques doa terras aos Templários e concede-lhes privilégios
 - 1140 - Torneio e Armistício de Arcos de Valdevez;
 - 1141 - Os mouros recuperam Leiria (AH 32 anos);
 - 1141 - Cortes de Lamego, sendo D. Afonso Henriques proclamado Rei e coroado por D. João Peculiar;
 - 1142 - Escritura de compra da “herdade dos Varais”, em Cambres, pela ordem de Cister de S. J. de Tarouca
 - 1142 - Tentativa frustrada de conquista de Lisboa (AH 33 anos)
 - 1142 - D. Afonso Henriques (33 anos) concede direitos senhoriais e privilégios a Leiria;
 - 1143 - O papa Inocêncio II envia o cardeal Guido de Vico para apaziguar os primos;
 - 1143 - Tratado de Zamora - Afonso VII de Castela e Leão reconhece o primo como rei e assina a paz (AH 34 anos);
 - 1143 - D. Afonso Henriques (carta “*Clavis Regni*”) declara obediência ao Papa Inocêncio II e coloca o reino sob a directa e exclusiva protecção de S. Pedro e da Santa Sé (influência de S. Bernardo e D. João Peculiar);
 - 1144 - Primeira documentação relativa a S. João de Tarouca;
 - 1144 - Bula papal “*Devotionem tuam*” (AH 35 anos), em resposta à “Clavis Regni”;
 - 1145 - Reconquista de Leiria (AH 36 anos);
 - 1146 - D. Afonso Henriques casa com D. Mafalda de Sabóia (AH 37 anos);
 - 1146 - Morte de Egas Moniz (AH 37 anos);
 - 1147 - Segunda Cruzada, pregada pelo carismático São Bernardo de Claraval (sendo Papa Eugénio III, de Claraval);
 - 1147 - Com o auxílio de alguns milhares de cruzados a caminho da Terra Santa e 150 navios, Afonso Henriques expulsa os mouros de Lisboa, Almada, Sintra e Palmela;
 - 1147 - Nasce o infante D. Henrique (AH 38 anos);
 - 1148 - Nasce a infanta D. Urraca (AH 39 anos);
 - 1149 - Compra da Quinta de Mosteirô (Cambres);
 - 1151 - Nasce a infanta D. Teresa (AH 42 anos);
 - 1151 - Primeira tentativa de tomada de Alcácer-do-Sal (AH 42 anos);
 - 1153 - Nasce a infanta D. Mafalda (AH 44 anos);
 - 1153 - Fundação da Abadia de Alcobaca (AH 44 anos);
 - 1154 - Nasce o infante D. Sancho (AH 45 anos);
 - 1155 - Morre o infante D. Henrique (AH 46 anos);
 - 1156 - Nasce o infante D. João (AH 47 anos);

Altino Moreira Cardoso

- 1156 - Afonso VII trata de igual para igual com D. Afonso Henriques (AH 47 anos);
- 1157 - Morre o Imperador Afonso VII, Morre a rainha D. Mafalda. Nasce a infanta D. Sancha (AH 48 anos);
- 1157 - Segunda tentativa de tomada de Alcácer-do-Sal;
- 1158 - Tomada de Alcácer-do-Sal (AH 49 anos), com o auxílio dos Cruzados;
- 1158 - Acordo de Sahagun (AH 49 anos);
- 1158 - Ordem de Calatrava;
- 1159 - D. Afonso Henriques doa o Castelo de Cera (Tomar) aos Templários e conquista Évora e Beja;
- 1159 - Tomada de Évora e Beja (50 anos);
- 1160 - Pactos de Tui e Cellanova (AH 51 anos);
- 1160 - D. Afonso Henriques conquista Trancoso;
- 1161 - Perda de Alcácer-do-Sal, Évora e Beja (AH 52 anos)
- 1162 - Início da construção da Sede dos Cavaleiros da Ordem dos Templários em Tomar (AH 52 anos);
- 1162 - Geraldo Geraldês (O Sem Pavor) captura Cáceres, Montandez e Trujillo em Espanha e Serpa e Jeromenha no Alentejo (AH 53 anos);
- 1165 - Geraldo Geraldês (O Sem Pavor) reconquista Évora (AH 56 anos);
- 1165 - Tratado de Lérez - Casamento da filha de Afonso Henriques, D. Urraca, com Ferdinand II de Leão;
- 1166 - Tomada de Serpa e de Moura (AH 57 anos);
- 1168 - Geraldo Geraldês, com o apoio de Fernando II de Leão lidera o ataque a Badajoz - que conquista em 1169;
- 1169 - D. Afonso Henriques doa aos Templários um terço das terras conquistadas aos Mouros no Alentejo;
- 1169 - Derrota de Badajoz, prisão e libertação – pagando pesado resgate – de D. Afonso Henriques (AH 60 anos);
- 1169 - D. Afonso Henriques, para pagar o seu resgate, repõe as terras conquistadas na Galiza e Badajoz;
- 1169 - Fernando Afonso é nomeado alferes-mor. Concessão de terras no Alentejo aos Templários;
- 1170 - D. Sancho é armado cavaleiro pelo pai, em Coimbra (AH 61 anos);
- 1170 - A 'Carta de Segurança' ('foral dos mouros livres') protege os mouros de Lisboa (AH 62 anos);
- 1170 - Compra da Quinta de Monsul (Cambres);
- 1171 - Morte de D. Teresa Afonso, segunda mulher de Egas Moniz;
- 1171 - Cerco dos sarracenos a Santarém (AH 62 anos);
- 1172 - Fernando Afonso é demitido de alferes-mor, D. Teresa e D. Sancho são designados co-herdeiros do reino;
- 1173 - D. Sancho é associado à regência de seu pai (AH 64anos);
- 1174 - Casamento de D. Sancho com D. Dulce de Aragão (AH 65 anos);
- 1174 - O reino de Aragão reconhece a independência de Portugal;
- 1175 - Morte de D. João Peculiar (AH 66 anos);
- 1178 - Vitórias navais de D. Fuas Roupinho sobre os mouros (AH 69 anos);
- 1179 (23 de Maio) - O Papa Alexandre III reconhece o Rei e o Reino de Portugal (bula "Manifestis Probatum");
- 1179 - Fernando II de Leão repudia a mulher D. Urraca (filha de Afonso Henriques);
- 1179 - Concessão de forais a Lisboa, Santarém e Coimbra: as principais cidades do Reino tinham finalmente a sua própria administração;
- 1184 - Casamento de uma das filhas (D. Teresa) com o conde de Flandres: o dote enche vários navios;
- 1185 - Afonso Henriques morre, em Coimbra (sepultura na igreja de Santa Cruz), tendo fundado um Reino que conquistou a partir da pequena herança, obrigada a vassalagem a Leão-Castela;
- 1185 - Compra da Quinta de Valle Longo (Tedo-Tabuaço);
- 1206 - Compra da Quinta da Formiga (Cambres);
- 1228 - Compra da Quinta de Tourais (Cambres);
- 1249 - Conquista do Algarve;
- 1255 - Lutas portuárias de D. Afonso III com o bispo do Porto, que recorreu ao próprio Papa para não ser constituído o Concelho Municipal de Gaia;
- 1285 - Doação da Quinta dos Frades a Salzedas (Temilobos-Folgosa-Armamar);
- 1290 - O rei de França concede privilégios a mercadores portugueses (D. Dinis);
- 1293 - Liberdade de tráfego entre Portugal e Inglaterra (D. Dinis);
- 1308 - Tratado de Comércio com Inglaterra (D. Dinis);
- 1310 - Mercadores portugueses em Harfleur (Bretanha francesa - Canal da Mancha) (D. Dinis);
- 1353 - Tratado comercial com a Inglaterra (D. Afonso IV);
- 1367 - O Duque de Lencastre propõe uma aliança ao rei português (D. Fernando);
- 1372 - Tratado de Tagilde (Vizela) entre o Duque de Lencastre e D. Fernando. Aqui tem raiz a Aliança Inglesa, com o casamento entre D. João I e D. Filipa de Lencastre (1387).
- 1492 - (243 anos depois de Portugal) Conquista do reino muçulmano de Granada pelos Reis Católicos, que durou entre 1230 e 1492. Era o último reduto do Islão. O reino ia da Serra Nevada a Gibraltar e de Granada ao Almorçor.



SUMÁRIO

A história do Vinho do Porto – produto do Douro português – caiu no esquecimento durante demasiado tempo: uns pensavam que esta riqueza universal era herdada dos Romanos (séc. V)... outros que é obra do Marquês de Pombal (séc. XVIII)(!)... ou que as primeiras exportações começaram com o Tratado de Methuen (1703)... (!)

Este estudo vem estabelecer a verdade histórica essencial, segundo documentos decisivos – escrituras notariais – recentemente encontradas.

Entretanto, será útil resumir alguns dos factos que se enquadram nas primeiras circunstâncias da História de Portugal e da Região do Douro:

Após os Romanos, a lei muçulmana obrigou ao esquecimento da vinha e apenas os cristãos tentaram conservar o vinho, que era essencial à celebração eucarística.

Quando o segundo casamento do Imperador D. Afonso VI de Leão-Castela (com Constança de Borgonha, da dinastia dos Capeto e dos reis de França) estabeleceu uma aliança na Cruzada ibérica contra os ocupantes mouros, muitos cavaleiros da melhor nobreza francesa mobilizaram-se, entre os quais o conde D. Raimundo e o conde D. Henrique.

Estes dois primos obtiveram a mão as irmãs, filhas do Imperador, em casamento e o governo da Galiza, que constitui a parte noroeste do futuro reino independente de Portugal.

A Cruzada estava baseada na natural aliança da Igreja, representada por Santiago na Galiza e, sobretudo, pelo poderoso mosteiro de Cluny (donde o papa contemporâneo era originário). Depois da sua Reforma de Cister, São Bernardo envolveu-se pessoalmente na Cruzada ibérica e enviou os seus monges em ajuda a D. Afonso Henriques, filho do seu parente, o conde D. Henrique de Borgonha.

As terras dadas aos monges de Cister estavam situadas no Ribadouro (Lamego-Tarouca), larga região ancestralmente pertencente ao clan familiar de Egas Moniz – preceptor de D. Afonso Henriques – militarmente subordinada ao poderoso castelo de Lamego.

Ao mesmo tempo que os monges aceitavam dádivas e construíam as instalações monásticas (a igreja, os claustros, os cómodos agrícolas...) compravam sistematicamente as terras que eles consideravam mais propícias à vinha.

O vinho, como o pão, era essencial à celebração eucarística.

As técnicas agrícolas e as castas do “Vinho de Missa“ monacal eram as experimentadas e utilizadas tradicionalmente pela Ordem de Cluny>Cister.

A primeira quinta comprada foi a dos Varais (Cambres-Lamego), na foz do Varosa, em frente do “portu de Regua“.

A escritura respectiva – celebrada em 1142, durante o reinado de D. Afonso Henriques, descoberta e publicada por A. Almeida Fernandes em 1991 – documenta e estabelece o ponto cronológico mais importante da história do vinho do Douro, quer o VQPRD, quer o VLQPRD (licoroso).

O ‘vinho de missa’, licoroso (desde logo denominado “vinho cheirante de Lamego“), tornou-se o

actual “vinho do Porto“, por causa do local da sua exportação, primeiramente para a Inglaterra, a partir do rei D. Dinis e de Eduardo III (tratados de 1290 e, ainda, 1193 e 1308).

Cister continuou a comprar outras ‘granjas‘, ou ‘quintas‘ situadas na mesma encosta (Cambres) ou, bem próximo, perto do “portus Bacallusti“.

Nomes e datas das escrituras das primeiras quintas de Cister (ver o mapa inserido no texto):

Varais (Cambres, 1142), **Mosteirô** (Cambres, 1149 et 1175), **Monsul** (Cambres, 1170 et 1187), **Formiga** (Cambres, 1206), **Tourais** (Cambres, 1228 et 1230)... e, ainda: **Valle Longo** (Tedo-Tabuaço, 1185).

La **Quinta dos Frades** (Temilobos-Armamar) pode ter sido doada a Salzedas pelo mosteiro de S. João de Tarouca, mas só parece existir a escritura da doação, em 1285, e não a escritura da compra original.

A graduação em álcool do vinho licoroso ‘de missa’ é elevada (16°); por essa razão o celebrante a equilibra, acrescentando ao vinho algumas gotas de água.

Mas essa percentagem de álcool ainda era aumentada com vista à exportação. Por isso, o ‘vinho do Porto’ é, desde sempre, comercializado a cerca de 19° (entre 19° e 21°).

As excelentes terras do triângulo entre os rios Varosa e Douro (muito semelhantes às da região monacal do Saône-Rhône), constituindo a encosta de Cambres, depressa atingiram uma produção de milhares de pipas (550 litros) desse vinho generoso único (por isso até imitado, contrafeito), muito apreciado, primeiramente em Inglaterra, depois na Europa e no Mundo inteiro.

Desde o alvorecer da nossa História, desde o primeiro Rei, D. Afonso Henriques, o vinho licoroso ‘de missa’ dos monges de Cister – chamado “vinho do Porto“ apenas devido ao lugar de exportação – contribui substancialmente para o equilíbrio económico do próprio País.

A região do Douro é muito justamente considerada Património Mundial pela UNESCO e a atracção turística dos seus vinhedos em vertiginosos socialcos é universal, quer pelo granjeio heróico secular da sua dura paisagem geográfica, quer, também, pela nobre antiguidade da sua história, associada à flor-de-lis francesa de inúmeros reis, desde a aurora deste País venerável – o primeiro constituído “urbi et orbi“ na Europa, pela espantosa bula “Manifestis Probatum“ (1179), do papa Alexandre III.



SOMMAIRE

L'histoire du Vin de Porto – produit du Douro portugais – est restée très oubliée pendant trop de temps: les uns pensaient que cette richesse universelle était héritée des Romains (V^{ème} siècle)... les autres que c'est l'oeuvre du marquis de Pombal (XVIII^{ème} siècle)(!)... ou que les premières exportations ont commencé avec le Traité de Metween... (!)

Cette étude vient établir la vérité historique essentielle, d'après des documents décisifs – actes notariés – récemment trouvés.

Cependant il sera utile de resumer quelques faits qui s'encadrent dans les premières circonstances de l'histoire du Portugal et du Douro:

Après les Romains, la loi musulmane a dû oublier la vigne et seulement les chrétiens ont essayé de préserver le vin, d'ailleurs essentiel à la célébration eucharistique.

Quand le deuxième mariage de D. Afonso VI (avec Constance de Bourgogne, de la dinastie des Capeto et des rois de France) établit une alliance dans la Croisade ibérique contre les occupants maures, plusieurs chevaliers de la meilleure noblesse française se sont mobilisés, parmi lesquels le comte D. Raymond et le comte D. Henri.

Ces deux cousins ont obtenu les deux soeurs filles de l'Empereur – D. Urraca et D. Teresa – en mariage et le gouvernement de Galice, qui constituait la partie nord-ouest du futur royaume indépendant du Portugal.

La Croisade était basée sur la naturelle alliance de l'Église, représentée par Saint Jacques en Galice et, surtout, par le puissant monastère de Cluny (d'où le pape contemporain était originaire). Après sa Réforme de Cister, S. Bernard s'est personnellement engagé à la Croisade ibérique et a envoyé ses moines en aide de Afonso Henriques, fils de son cousin, le comte D. Henrique de Bourgogne.

Les terres données aux moines de Cister étaient situées au Ribadouro (Lamego-Tarouca), large région ancestrale du clan familial Egas Moniz – précepteur de D. Afonso Henriques – militairement subordonnée au puissant chateau de Lamego.

En même temps que les moines acceptaient des offrandes et construisaient les installations monastiques (l'église, les cloîtres, le jardin potager...), ils achetaient systématiquement les terres qu'ils considéraient les plus propices à la vigne.

Le vin, comme le pain, était essentiel à la célébration eucharistique.

Les techniques viticoles et les castes du 'vin de messe' monacal étaient les utilisées et essayées traditionnellement par l'Ordre de Cluny>Cister.

Le premier achat a été Varais-Cambres-Lamego, au bord de l'embouchure du Varosa-Douro, en face du 'portu de Regua'.

L'acte notarial respectif – célébré en 1142, pendant le royaume de D. Afonso Henriques – trouvé et publié par A. Almeida Fernandes en 1991, documente et établit le point chronologique le plus important

de l'histoire du Vin do Douro, soit VQPRD, soit VLQPRD ou liquoreux.

Le vin de messe (dès lors appelé “vinho cheirante de Lamego”), est devenu l'actuel “vinho do Porto” à cause du local de son exportation, d'abord pour l'Angleterre, à partir du roi D. Dinis et d'Edouard III (contrats de 1290 et, encore, 1193 et 1308).

Cister a continué à acheter d'autres ‘granjas’ ou ‘quintas’, situées dans le même coteau (Cambres) ou, bien proche, près du “portus Bacallusti”:

Noms et dates des premières ‘quintas’ de Cister (Cambres - voir leur carte ci-dessus):

Varais (Cambres, 1142), **Mosteirô** (Cambres, 1149 et 1175), **Monsul** (Cambres, 1170 et 1187), **Formiga** (Cambres, 1206), **Tourais** (Cambres, 1228 et 1230)... et encore: **Valle Longo** (Tedo-Tabuaço, 1185). La **Quinta dos Frades** (Temilobos-Armamar) peut avoir été don de S. J. Tarouca à ses frères de Salzedas, mais il semble n'exister que l'information du don, en 1285, et non l'acte de l'achat original.

Le pourcentage de l'alcool du vin liquoreux ‘de messe’ est élevé (16°); c'est pourquoi le célébrant l'équilibre en y ajoutant quelques gouttes d'eau.

Mas l'alcoolisation était augmentée en vue à l'exportation. C'est pourquoi le futur ‘vin de Porto’ est, depuis lors, commercialisé à 19° (entre 19 et 21°).

Les excellentes terres du triangle entre les fleuves Varosa et Douro (très semblables à celles du Sahône-Rhône), constituant le coteau de Cambres, ont vite atteint une production de milliers de ‘pipas’ (tonneaux de 550 litres) de ce vin généreux unique (parfois contrefait pour cela...), très apprécié d'abord en Angleterre, après en Europe et dans le monde entier.

Depuis l'aube de notre Histoire, depuis le premier roi, D. Afonso Henriques, le vin liquoreux de messe des moines de Cister – devenu le vin de Porto de l'exportation – contribue substantiellement à l'équilibre économique du Portugal.

Le Douro est très justement considéré comme Patrimoine Mondial par l'UNESCO et l'attrait touristique de ses vignobles en terrasses vertigineux est universel, soit par l'aménagement héroïque et séculaire de son dur paysage géographique, soit, aussi, par la noble ancienneté de son Histoire, associée à la fleur de lys française de plusieurs rois, dès l'aube de ce pays vénérable – le premier constitué “urbi et orbi” en Europe, par la surprenante bulle “Manifestis Probatum” (1179), du Pape Alexandre III.



SUMMARY

The history of Oporto wine – product of the Portuguese Douro – was forgotten for a long period: some people think that this universal richness is a roman heritage (century V), other think that it results from the work of Marquês de Pombal (century XVIII)(!)... and others say that the first exportations started after the Treaty of Methuen (1703)... (!)

This study establishes the essential historical truth based on decisive documents – properties deeds – found recently.

It will be useful to summarize first some facts that fit the circumstances of the early History of Portugal and Douro Region:

The vineyards were ignored during the Muslim period that followed the Roman domain and only Cretans preserved wine, which was fundamental for the Eucharistic celebration.

The second marriage of emperor D. Afonso VI of Leão-Castela (with Constança from Borgonha, from the Capeto dynasty and the kings of France) established an alliance in the Iberian Crusade against the Moorish and mobilized many knights from French nobility, among them the earls D. Raimundo and D. Henrique.

These two cousins engaged the daughters of the emperor and received the government of Galiza after marriage, which is the northwest part of the future independent kingdom of Portugal.

The crusade was based on the natural alliance between the Church, established in Santiago, in Galiza, and mainly the powerful Cluny monastery (from which the contemporary pope came from). After Cister Reorganization, Saint Bernardo was personally interested in the Iberian Crusade and sent his monks to help D. Afonso Henriques, son of his cousin, the earl D. Henrique from Borgonha.

The lands offered to the monks were placed at Ribadouro (Lamego- Tarouca), a wide region that belonged to the family of Egas Moniz – master of D. Afonso Henriques – militarily subordinated to the powerful castle of Lamego.

At the same time, the monks accepted gifts and were building the monastic facilities (church, cloisters and gardens) and bought the lands that they thought to be better for the vineyards. Wine, as bread, was fundamental for Eucharistic celebration.

The agricultural techniques and the casts of the monastic ‘wine for mass’ were those used and experimented by the Order of Cister.

The first farm bought was Quinta dos Varais (Cambres-Lamego), at Varosa mouth, in front of “portu de Regua”.

The deed of this farm – in 1142, during the reign of D Afonso Henriques – was discovered and published by A. Almeida Fernandes em 1991. This document establishes the most important chronological point of the history of Douro wine, both the VQPRD and the VLQPRD (liqueur wine).

The ‘wine for mass’, liqueur (early named as the flavored wine of Lamego ‘vinho cheirante de Lamego’), become the actual Oporto ‘vinho do Porto’, named after the city from which it was exported,

firstly to England, during the kingdoms of D. Dinis and Eduardo III (treats in 1290 and 1193 and 1308).

Cister continued to buy other farms or granges ('quintas' or 'granjas') located at the same side (Cambres) or very close, near "portus Bacallusti".

Names and dates of the deeds of the first Cister farms (see the map in the text):

Varais (Cambres, 1142), Mosteirô (Cambres, 1149 end 1175), Monsul (Cambres, 1170 and 1187), Formiga (Cambres, 1206), Tourais (Cambres, 1228 and 1230)... and also Valle Longo (Tedo-Tabuaço, 1185).

The Quinta dos Frades (Temilobos-Armamar) might have been donated to Salzedas by S. João de Tarouca Monastery, but only the deed of the donation in 1285 was found and not that of the original acquisition.

The Degree of alcohol of the liqueur 'vine for mass' is high (16°); for this reason the celebrant balance the wine with some drops of water. However the alcohol percentage was increased for exportation purposes. For this reason Oporto is commercialized always having 19° (between 19° and 21°).

The excellent fields of the triangle defined by Varosa and Douro rivers (very similar to those from the monastic Saône-Rhône), defining the side of Cambres, fast reached a production of thousands of wine barrels (550 liters) of this unique wine (for this reason also imitated), much appreciated firstly in England, then in Europe and later in the entire World.

Since Early History, since the first king, D. Afonso Henriques, the liqueur 'wine for mass' of the Cister monks – evolved to "vinho do Porto" Oporto due to the exportation – as a significant contribution to the economy of the country.

Douro region is justly considered as World Heritage by UNESCO and the touristic attraction of its vineyards in vertiginous terraces is universal, not only because of its heroic secular farming of the geographic landscape, but also because of the noble antiquity of its history, associated to the French Fleur-de-Lis from innumerable kings, since the early age of this venerable country – the first established "urbi et orbi" in Europe, by the remarkable bull "Manifestis Probatum" (1179), of pope Alexandre III.

Trad. M. Rafaela Cardoso



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| O título MAGNA CARTA | 5 |
| Prefácio do Autor | 7 |
| Eng. Eduardo Micaelo Abade | 11 |
| <hr/> | |
| Introdução | 13 |
| O CONTEXTO HISTÓRICO | 13 |
| AFONSO HENRIQUES E CISTER | 15 |
| PROPRIEDADES DE CISTER | 17 |
| A ESCRITURA DA “HERDADE DOS VARAIS” e a estratégia vitivinícola de Cister | 24 |
| SÍNTESE | 36 |
| <hr/> | |
| APÊNDICE A | 38 |
| APÊNDICE B | 39 |
| A Escritura de 1142 | 39 |
| <hr/> | |
| BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA | 41 |
| TÁBUA CRONOLÓGICA (Península Ibérica e Portugal num contexto europeu) | 42 |
| <hr/> | |
| SUMÁRIO | 47 |
| SOMMAIRE | 49 |
| SUMMARY | 51 |
| <hr/> | |
| Índice | 53 |

Às minhas Filhas:

Carla Margarida
Susana Isabel
Maria Rafaela

e aos meus Netos:

Miguel
João Paulo
Vasco
João Pedro
Joana
Beatriz
Mariana
Catarina
(...)